



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL
INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS
HUMANOS

BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES

TERRITÓRIOS MARCADOS PELO MEDO: a influência das facções criminosas na
mobilidade urbana de adolescentes em Araguaína

PALMAS-TO

2025

BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES

**TERRITÓRIOS MARCADOS PELO MEDO: a influência das facções criminosas na
mobilidade urbana de adolescentes em Araguaína**

Relatório técnico apresentado ao Programa de Mestrado Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins em cooperação com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Medina.

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Carolina Machado Rocha Busch Pereira.

Área de Concentração: Efetividade da Jurisdição, e Direitos Humanos

Linha de Pesquisa: Instrumentos da Jurisdição, Acesso à Justiça e Direitos Humanos

Subárea: Cultura e Educação em Direitos Humanos

Produtos desenvolvidos a partir da pesquisa:

Produtos bibliográfico: dois artigos enviados à publicação em revistas técnicas Qualis A

2178-2865

2179-8966

PALMAS-TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- A474t Alves, Breno Eduardo Campos.
Territórios marcados pelo medo: a influência das facções criminosas na mobilidade urbana de adolescentes em Araguaína. / Breno Eduardo Campos Alves. – Palmas, TO, 2025.
92 f.
- Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, 2025.
Orientadora : Patrícia Medina
Coorientadora : Carolina Machado Rocha Busch Pereira
1. Percepção da territorialização urbana. 2. Facções criminosas. 3. Adolescentes. 4. Araguaína. I. Título

CDD 342

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES

TERRITÓRIOS MARCADOS PELO MEDO: a influência das facções criminosas na mobilidade urbana de adolescentes em Araguaína

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

Data da aprovação: 12 de agosto de 2025.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Patrícia Medina

Orientador e Presidente da Banca
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Profa. Dra. Carolina Machado Rocha Busch Pereira

Coorientador e Presidente da Banca
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof. Dr. Tarsis Barreto Oliveira

Membro Interno
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues

Membro Externo
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Palmas/TO
2025

À Polícia Civil do Estado do Tocantins
e à minha família.

AGRADECIMENTOS

O desbravar de uma pesquisa proporciona dois sentimentos que, embora pareçam antagônicos, representam faces de uma mesma moeda. Iniciamos vendo um monte e almejando chegar ao pico deste, daí rumamos na descoberta de como é chegar no cume. Uma vez lá, é possível enxergar o horizonte e verificar que há inúmeros outros montes e diversos outros cumes, e que a busca de horizontes deve ser incessante.

Leonardo Boff disse que “todo ponto de vista é a vista de um ponto”, então, deste ponto em que agora eu vejo, consigo diretamente agradecer às Professoras Patrícia Medina e Carolina Machado Rocha Busch Pereira pelo entusiasmo e motivação que deram a este aluno, e à esta pesquisa.

À minha família pela ausência física e, por vezes, mental, agradeço o entendimento do propósito.

À minha instituição e equipe, Polícia Civil do Estado do Tocantins, pela possibilidade de realização deste Mestrado e pela busca incessante de melhor prestar o serviço público de excelência aos tocantinenses, afinal, “os mais belos pensamentos nada são sem as obras”.

Ainda, meu sincero reconhecimento à relevância do papel prestado no mundo acadêmico pela ESMAT e pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

RESUMO

Este Relatório Técnico, inserido no escopo de um projeto de pesquisa em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, investiga a percepção de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade em Araguaína/TO sobre a territorialização do espaço urbano e a influência de organizações criminosas (facções), como o PCC e o CV. O problema de pesquisa central questiona se a ação dessas facções impede o direito de ir e vir dos adolescentes em bairros específicos, limitando o cumprimento de decisões judiciais e violando direitos fundamentais. A relevância do tema é acentuada pelo aumento significativo de homicídios em Araguaína pós-rebelião de 2009 na Unidade Prisional Barra da Grota. Muito embora investigações recentes (2018-2023) indiquem "briga/discussão" e "vingança" como motivações mais incidentes que "facções" para homicídios elucidados, pesa-se que a grande maioria dos homicídios motivados pelo embate de facções são cometidos com a utilização arma de fogo. A metodologia adotada é interdisciplinar empregando o método histórico documental e, principalmente, a análise de conteúdo categorial quantitativa de entrevistas semiestruturadas com adolescentes. A unidade de análise é a totalidade da narrativa de cada entrevistado, com o material original sendo a unidade de contexto. Os achados das entrevistas revelam elementos comuns como a residência em áreas periféricas/vulneráveis, envolvimento precoce com crime e/ou drogas, e, crucialmente, a percepção de medo e restrição da mobilidade devido a facções. Também foram identificados elementos distintos relativos ao nível de envolvimento com facções, histórico criminal específico, uso de espaços de lazer e aspectos familiares. Para garantir o rigor científico e a replicabilidade, o estudo enfatiza a construção de um Livro de Códigos (LdC) exaustivo, exclusivo e homogêneo, com definições claras e exemplos, com a disponibilização pública do LdC e do banco de dados (anonimizados) fundamental. Os produtos desenvolvidos incluem dois artigos científicos, um resumo expandido e um relatório técnico sobre a interferência das facções, visando subsidiar políticas públicas mais eficazes de prevenção à violência e melhoria da execução de medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Percepção da territorialização urbana. Facções Criminosas. Adolescentes

ABSTRACT

This Technical Report, part of a research project on Judicial Provision and Human Rights, investigates the perceptions of adolescents serving semi-liberty socio-educational measures in Araguaína, Tocantins, regarding the territorialization of urban space and the influence of criminal organizations (factions), such as the PCC and CV. The central research question is whether the actions of these factions impede adolescents' right to come and go in specific neighborhoods, limiting compliance with court orders and violating fundamental rights. The relevance of this topic is heightened by the significant increase in homicides in Araguaína following the 2009 rebellion at the Barra da Grota Prison Unit. Although recent investigations (2018-2023) indicate "fight/argument" and "revenge" as more frequent motivations than "faction" for solved homicides, it is considered that the vast majority of homicides motivated by faction clashes are committed with the use of firearms. The adopted methodology is interdisciplinary, employing the historical documentary method and, primarily, quantitative categorical content analysis of semi-structured interviews with adolescents. The unit of analysis is the entirety of each interviewee's narrative, with the original material serving as the unit of context. Interview findings reveal common elements such as residence in peripheral/vulnerable areas, early involvement with crime and/or drugs, and, crucially, the perception of fear and restricted mobility due to gangs. Distinct elements were also identified related to the level of gang involvement, specific criminal history, use of leisure spaces, and family aspects. To ensure scientific rigor and replicability, the study emphasizes the development of an exhaustive, exclusive, and homogeneous Book of Codes (LdC) with clear definitions and examples, with the LdC and the essential (anonymized) database being made publicly available. Expected outputs include two scientific articles, an expanded summary, and a technical report on gang interference, aiming to inform more effective public policies for violence prevention and improved implementation of socio-educational measures.

Keywords: Perception of urban territorialization. Criminal gangs. Adolescents.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Crescimento populacional em Araguaína.....	21
Figura 2 -	Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota.....	22
Figura 3 -	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 2004 a 2014: Estado do Tocantins.....	23
Figura 4 -	A rebelião do Barra da Grota.....	24
Figura 5 -	Conjunto de imagens internas da UTPBDG pós-rebelião.....	25
Figura 6 -	Demonstrativo de Homicídios, população e taxa por 100 mil habitantes, Araguaína entre os anos 2014-2017.....	26
Figura 7 -	– Comparativo de Homicídios por 100 mil habitantes entre as cidades de Araguaína e Palmas, Tocantins e Brasil.....	27
Figura 8 -	Linha do tempo do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Eproc no estado do Tocantins.....	31
Figura 9 -	Relação de decisões de pronúncia por ano de sua prolação – Comarca de Araguaína-TO, 2013-2023.....	32
Figura 10 -	Homicídios em Araguaína-TO (2018-23): natureza, local do crime, instrumento, motivação principal (ou primária) e secundária.....	40
Figura 11 -	Interface do aplicativo Lince.....	50
Figura 12 -	Modelo de plotagem do Sistema Lince.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Homicídios em Araguaína/TO entre os anos 2014 e 2017.....	26
Tabela 2 -	Homicídios em Araguaína-TO (2018-23): motivação principal.....	41
Tabela 3 -	Homicídios em Araguaína-TO (2018-23): motivação secundária.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Categorização de causas (motivos) de Homicídios em Araguaína-TO (2018-23).....	39
------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CV	Comando Vermelho
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FdC	Formulário de Códigos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LdC	Livro de Códigos
ORCRIM	Organização Criminosa
PCC	Primeiro Comando da Capital
PIB	Produto Interno Bruto
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SSP/TO	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins
SSI	Superintendência de Segurança Integrada
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UTPBDG	Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
2.	ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO AUMENTO DA VIOLÊNCIA EM ARAGUAÍNA.....	20
2.1	A história de violência em Araguaína.....	20
2.2	A rebelião na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota – UTPBDG...	23
2.3	O Poder Judiciário e o impacto das facções criminosas.....	28
2.3.1	Eproc - sistema de processo judicial eletrônico.....	30
2.3.2	Análise quantitativa dos processos judiciais.....	31
2.3.3	Análise qualitativa dos processos judiciais.....	33
3.	ANÁLISE DAS MOTIVAÇÕES DOS HOMICÍDIOS EM ARAGUAÍNA COMO BASE PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.....	36
3.1	Da análise de motivação em crimes de homicídio.....	37
3.2	Levantamento de dados referentes à motivação de homicídios em Araguaína	37
3.3	Tratamento de dados referentes à motivação de homicídios em Araguaína...	38
3.4	Dos achados e discussões.....	40
3.5	Evidências como base de políticas públicas.....	44
4	FACÇÕES CRIMINOSAS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO EM ARAGUAÍNA: Uma Análise Georreferenciada.....	48
4.1	Pichação, territorialização e facções criminosas.....	48
4.2	Levantamento e tratamento de dados (metodologia).....	49
4.3	Das discussões.....	51
5	DA COLETA DE DADOS: ENTREVISTAS COM ADOLESCENTES.....	53
5.1	Análise de Conteúdo das Entrevistas com Adolescentes (Metodologia de Bardin).....	54
5.1.1	Identificação de Elementos Comuns Presentes nas Entrevistas.....	55
5.1.2	Identificação de Elementos Distintos Presentes nas Entrevistas.....	59
6	CONCLUSÕES.....	62
	REFERÊNCIAS.....	64
	ANEXO A – Parecer substanciado do CEP.....	70
	APÊNDICE A - Ofício informativo da pesquisa ao Sistema Socioeducativo.....	75

APENDICE B - LdC - Livro de Códigos.....	77
APÊNDICE C - FdC - Formulário de Codificação.....	88

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Técnico, que resultou de um projeto de pesquisa inserido na linha de pesquisa "Instrumentos da Jurisdição, Acesso à Justiça e Direitos Humanos" e na subárea "Sociedade, Segurança Pública e Combate à Violência", abordou a percepção de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade em Araguaína/TO sobre o processo de territorialização do espaço comum urbano. O estudo investigou se este processo sofreu interferências da atuação de grupos criminosos, especificamente facções criminosas, e buscou identificar possíveis violações aos direitos de proteção destes adolescentes.

Os adolescentes, então compreendidos entre 12 e 18 anos, que cometem atos infracionais, sendo estes compreendidos os atos definidos como crime ou contravenção penal, não cumprem pena, mas sim, medidas socioeducativas, sendo estas assim definidas: orientação e apoio sociofamiliar; apoio sócio educativo em meio aberto; colocação familiar; acolhimento institucional; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; e internação. Em Araguaína, existe a Unidade Socioeducativa de Semiliberdade (USL), contando com equipe multidisciplinar de profissionais para acompanhar o cumprimento de medidas, local onde ocorreu as entrevistas.

A pesquisa concentrou-se em um grupo social de grande importância no ambiente das políticas públicas: os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Ao focar em um grupo vulnerável e buscar identificar as consequências da violência urbana em sua percepção de mundo, a investigação alinha-se a uma abordagem qualitativa de caráter compreensivo e crítico, que reconhece o adolescente não como mero objeto de intervenção institucional, mas como sujeito histórico e produtor de sentidos. A natureza interdisciplinar da temática, que incorporou contributos da geografia e direito enquanto aplicação da justiça, possibilitou analisar e propor alternativas que visavam melhorar o cumprimento das medidas socioeducativas e instrumentalizar os profissionais da área. Os achados desta pesquisa foram concebidos para serem cruciais na formulação de políticas públicas mais eficazes de prevenção à violência e melhoria da execução das medidas socioeducativas. O envolvimento pessoal com o tema adveio do trabalho deste autor com a Polícia Civil do Estado do Tocantins, o que impulsionou a busca incessante por melhor prestar o serviço público de excelência.

A investigação partiu de um problema de pesquisa central que questionava se os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade eram afetados pela ação de organizações criminosas a ponto de serem impedidos de ir e virem em alguns bairros

da cidade, limitando o cumprimento das decisões judiciais. Para abordar essa questão, o estudo baseou-se em uma revisão que contextualizou a influência das facções criminosas na cidade de Araguaína, destacando a rebelião de 2009 na Unidade Prisional Barra da Grota como um marco relevante na escalada da violência e na intensificação da atuação dessas facções. Já se havia constatado que as primeiras aparições de termos vinculativos a facções criminosas em processos judiciais de homicídio ocorreram no início do ano de 2015, e que o primeiro crime de homicídio encaminhado a júri popular que fez menção jurídica a facções adveio de fato delituoso ocorrido nas dependências da Unidade Penal Barra da Grota. A pesquisa reconheceu o processo de territorialização do espaço urbano, onde grupos criminosos demarcam seu domínio, afetando a percepção e o uso dos espaços públicos, como ruas, praças e campos de futebol, que deveriam ser ambientes de lazer e desenvolvimento da cultura juvenil. A restrição de mobilidade e o medo de frequentar áreas dominadas por facções rivais já haviam sido identificados na análise preliminar de narrativas de adolescentes. A literatura também abordava a pichação como uma forma de territorialização simbólica e demarcação de poder no espaço urbano. O estudo alinhou-se à compreensão de que o medo podia ser socio-historicamente constituído e influenciado por meios de comunicação. Facções criminosas foram definidas como organizações com estatuto e ideologia, buscando amplo domínio dentro e fora dos presídios e controle territorial.

A pesquisa propôs-se a alcançar como objetivo geral verificar a percepção dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade em Araguaína/TO sobre o processo de territorialização do espaço comum urbano, e se esse processo estava sofrendo interferências da atuação de grupos criminosos (facções criminosas), buscando identificar possíveis violações aos direitos de proteção desses adolescentes. Seus objetivos específicos foram realizar um levantamento histórico e geográfico da inserção de grupos criminosos em Araguaína/TO; entrevistar adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade em Araguaína/TO sobre o acesso, medo, liberdade de locomoção no espaço comum urbano em virtude da atuação de organizações criminosas no processo de territorialização da cidade; e propor alternativas para a mitigação das interferências levantadas através da verificação da percepção dos adolescentes das consequências da violência urbana e o acesso ao espaço público comum.

A metodologia da pesquisa foi interdisciplinar, integrando perspectivas da História, Geografia, Direito e Ciências Sociais. Para a sua realização, utilizou-se do método histórico, investigando acontecimentos na cidade de Araguaína relacionados à entrada de organizações criminosas para compreender sua influência no cenário atual. Empregou-se também o método

da pesquisa-participante, caracterizado pela interação entre pesquisadores e os adolescentes investigados, buscando compreender seu ponto de vista interno sobre as situações vividas. Houve a coleta de dados judiciais envolveu a análise de dados advindos de processos de homicídio encaminhados ao Tribunal do Júri mediante decisões de pronúncia, acessados junto à Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. O sistema Eproc foi utilizado para isso, garantindo a qualidade e credibilidade das informações, dada a sua padronização de códigos. Para o estudo das motivações, foram analisadas 292 investigações policiais concluídas sobre homicídios (consumados e tentados) em Araguaína entre 2018 e 2023. A coleta de dados georreferenciados envolveu a utilização de tecnologia para mapear e fotografar pichações vinculadas a facções criminosas (Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital) em mais de mil pontos em Araguaína, desde setembro de 2023 até o mês de junho de 2025. O aplicativo "Lince" foi empregado para essa sondagem, assegurando uma cadeia auditável de coleta e guarda dos dados. As entrevistas foram semiestruturadas, coletadas pelo mesmo pesquisador especializado, e utilizaram questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, permitindo que novas informações emergissem livremente. As perguntas abordaram acesso, medo, liberdade de locomoção e lazer no espaço comum urbano. A pesquisa teve como população os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade na Unidade de Semiliberdade de Araguaína/TO. Para a análise qualitativa inicial, foram entrevistados adolescentes. A pesquisa obteve aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa (CAAE: 83018124.1.0000.5519) em 04/02/2025. Foram observados os ditames da Resolução nº 510/2016 do CEP/CONEP, garantindo o assentimento livre e esclarecido dos participantes, sigilo e privacidade dos dados, e a anonimização das informações. A análise dos dados principais das entrevistas foi realizada através da análise de conteúdo categorial abrangente, fundamentada na metodologia de Laurence Bardin (1977). Este processo visou transformar dados textuais em categorias analíticas para a produção de inferências válidas. A unidade de análise foi a totalidade da narrativa de cada entrevistado, e a unidade de contexto foi a entrevista completa e o material original transcrito. Para garantir o rigor científico, o processo envolveu a elaboração de um Livro de Códigos (LdC) exaustivo, exclusivo e homogêneo, contendo definições claras, instruções e exemplos. Um Formulário de Codificação (FdC) foi utilizado para padronizar o processo. A transparência metodológica, incluindo a disponibilização pública do LdC e, quando possível, do banco de dados codificado e do material original anonimizado, foi considerada fundamental para a validação externa e replicabilidade do estudo

Adiante, os passos percorridos desde o início do estudo e pesquisa até a sua conclusão, com a apresentação e defesa do relatório e entrega do produto final.

AGO/NOV. 2023 – Início do período letivo, quando foram cursadas as seguintes disciplinas: Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar, Democracia e Direitos Humanos na Prestação Jurisdicional, participação no XV Congresso Internacional de Direitos Humanos, Seminário Interdisciplinar e Gestão no Sistema de Justiça. Paralelo às disciplinas cursadas, iniciou-se a busca por literatura afeta ao tema da investigação, realizando-se a pesquisa teórica. Essa coleta bibliográfica se deu em sites especializados, por meio de textos, obras, manuais e aquisição de livros;

DEZ. 2023/JAN. 2024 – Período utilizado para aprimoramento da pesquisa e planejamento de acesso a dados que seriam necessários à sua execução.

MAR/ABR. 2024 – Continuidade no estudo das disciplinas obrigatórias e facultativas do curso, quais sejam: XVI Congresso Internacional de Direitos Humanos (Edição Portugal e Espanha), Acesso à Justiça e Tutela de Direitos, Ética Profissional e Função Social do Poder Judiciário.

MAI/JUN. 2024 – Nesses dois meses referidos, concluíram-se as disciplinas obrigatórias e facultativas para completar a carga horária, sendo elas: Hermenêutica Constitucional e Aplicação do Direito e Tecnologias Aplicadas à Prestação Jurisdicional;

JUN/DEZ. 2024 – Neste período o trabalho foi submetido ao CEP para autorização ética da pesquisa, sendo produzido amplo material descritivo e documental para o referido órgão analisar a viabilidade e autorizar a pesquisa científica.

Ainda durante este período, produzimos dois artigos científicos, a partir dos dados que já havíamos angariados e, ainda, um resumo expandido, sendo que os primeiros foram submetidos a revistas científicas.

JAN/FEV. 2025 – Em 04/02/2025, a pesquisa foi autorizada/aprovada pelo CEP.

Ainda em fevereiro, ocorreu a defesa do relatório para qualificação, ocasião em que a banca examinadora contribuiu sensivelmente para o desenvolvimento da pesquisa, cujas sugestões, após reunião com as professoras orientadoras, foram devidamente acatadas para aprimorar o estudo realizado.

FEV/JUN. 2025 – Realizamos as visitas na sede da Semiliberdade em Araguaína, onde realizamos as entrevistas com os adolescentes no recorte da pesquisa. Após, realizamos a transcrição de todas as entrevistas.

JUN/AGO. 2025 – Dedicamos à escrita do presente Relatório Técnico e toda a análise dos dados coletados durante a pesquisa.

O percurso da pesquisa foi estruturado em diferentes etapas investigativas, que culminariam no presente relatório técnico, que teve a seguinte estruturação lógica: a primeira

etapa consistiu na Análise da Influência das Facções Criminosas no Aumento da Violência em Araguaína, que investigou a relação entre a rebelião prisional de 2009, a presença de facções criminosas e o aumento de homicídios na cidade, utilizando abordagens históricas e jurídicas para compreender as dinâmicas sociais e institucionais. A segunda etapa, a Análise das Motivações dos Homicídios em Araguaína como Base para Políticas Públicas, visou identificar as motivações subjacentes aos homicídios, consolidando categorias a partir de dados oficiais e realizando uma análise de investigações policiais para subsidiar a formulação de políticas públicas. A terceira etapa, intitulada Facções Criminosas e o Processo de Territorialização em Araguaína: Uma Análise Georreferenciada, analisou o uso da tecnologia cartográfica para verificar o processo de territorialização do espaço urbano por grupos criminosos, focando nas ações de pichação e suas conexões com identidade e criminalidade. Por fim, a etapa Da Coleta de Dados: Entrevistas com Adolescentes, concentrou-se na coleta e análise qualitativa das entrevistas semiestruturadas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, buscando identificar elementos comuns e distintos em suas percepções sobre o espaço urbano impactado pelas facções. Este relatório técnico foi concebido como um estudo rigoroso e cientificamente embasado, contribuindo para uma compreensão aprofundada das complexas dinâmicas da violência urbana e das medidas socioeducativas em Araguaína.

2. ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO AUMENTO DA VIOLÊNCIA EM ARAGUAÍNA

Nesta primeira etapa da pesquisa multidisciplinar, realizamos a investigação da relação entre a rebelião de 2009 na Unidade Prisional Barra da Grota, a presença de facções criminosas e o aumento dos homicídios na cidade de Araguaína, Tocantins, Brasil. Utilizando uma abordagem histórica e jurídica, esta parte do estudo busca compreender as dinâmicas sociais e institucionais que contribuíram para o cenário de violência. Argumenta-se que a rebelião de 2009 foi um marco crucial na escalada da violência em Araguaína, intensificando a influência das facções criminosas e levando a um aumento significativo nos índices de homicídios. Além disso, identificam-se desafios enfrentados pelo sistema de segurança pública e judicial, destacando a necessidade de avanços na investigação e punição de crimes relacionados a facções.

A presente fração de pesquisa amplia a investigação da correlação entre o levante de presos ocorrido em 2009 na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota em Araguaína, a estruturação de grupos criminosos (facções) e o número de assassinatos no município. Por meio de análise histórica, valendo-se de documentos públicos e dados judiciais, o estudo almeja compreender as dinâmicas sociais e institucionais que influenciaram o panorama de violência.

2.1 A história de violência em Araguaína

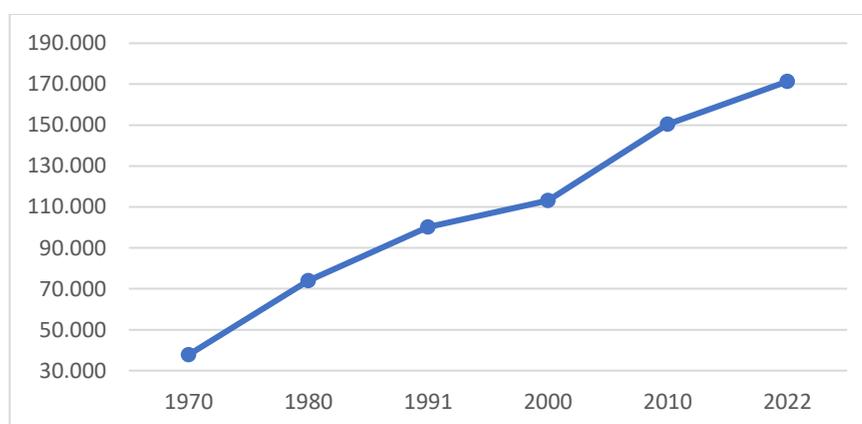
Uma análise histórica do direito e da justiça é essencial para uma compreensão mais aprofundada dos sistemas jurídicos atuais, revelando suas origens, evoluções e transformações ao longo do tempo. Ao examinar diferentes concepções de justiça e direitos em variados contextos históricos e culturais, torna-se possível identificar as influências filosóficas, políticas e sociais que moldaram os sistemas jurídicos modernos (MIGNONE, 2018).

No tocante à história de Araguaína/TO, os primitivos silvícolas habitantes da região eram da tribo Carajás, e com a chegada de famílias de agricultores vinda da Bahia e do Maranhão às margens do Rio Lontra, formou-se o povoado Lontra (SOTTO, 2018). Este povoado situado entre o Rio Lontra e o Rio Andorinhas, pertenceu a Araguatins, depois a Tocantinópolis e, adiante, se tornou distrito de Filadélfia em 1953. Teve sua fundação como município em 1958, sendo instalado em 1959 com o nome de Araguaína, em homenagem ao Rio Araguaia, que faz a divisão do seu território com o Estado do Pará (SOTTO, 2018).

A construção da rodovia Belém-Brasília na década 1960 e 1970 trouxe desenvolvimento econômico e social para a região, sendo que, na década de 1980, Araguaína já era a quarta maior cidade do estado de Goiás. Em 1989, já com a criação do Estado do Tocantins, Araguaína passou a ser a maior cidade do estado (ARAGUAÍNA, 2023).

Em 1970, a cidade de Araguaína contava com 37.780 habitantes, e, atualmente, conta com a população residente de 171.301 pessoas, com área territorial de 4004,85 km² e densidade demográfica de 42.78 hab/km², com PIB per capita de R\$28.129.89, conforme dados do IBGE (2022).

Figura 1 – Crescimento populacional em Araguaína



Fonte: IBGE/2022

Consta que o primeiro destacamento policial na região é datado de 1936, tendo como delegado-comandante Paulino Pereira (ARAGUAÍNA, 2023). No ano de 1979, o município de Araguaína construiu, na gestão do prefeito Joaquim de Lima Quinta, a Cadeia Pública, funcionando como delegacia e cadeia, com a estrutura disponível de quatro celas e mais algumas salas para o trabalho administrativo. Posteriormente, com a criação do Estado em 1988, na gestão do então primeiro governador José Wilson Siqueira Campos, ocorreu a reforma e ampliação, incluindo a respectiva alteração do nome de Cadeia Pública para Casa de Prisão Provisória de Araguaína em 1991 (RODRIGUES; MORAIS; SANTOS, 2019).

A unidade prisional era a única da comarca de Araguaína a receber os presos e custodiá-los, cenário que perpetuou até o ano de 2005, quando a cidade passou a contar com uma nova unidade prisional.

No dia 27 de janeiro de 2005, o governador Marcelo Miranda inaugurou o primeiro presídio de segurança máxima da região Norte, após obras iniciadas ainda no ano de 2003.

Entre recursos estaduais e federais, o presídio custou exatamente R\$ 14.161.787,87 e, após a inauguração, os 8.316 metros quadrados de área construída [...] o Presídio de Segurança Máxima de Araguaína é uma obra moderna e serve como modelo para outros estados, que buscam reduzir a zero, as possibilidades de fugas.[...] a obra impressiona, principalmente pela parafernália eletroeletrônica e toda a tecnologia de ponta empregada em segurança. Controlada por 46 câmeras e microcâmeras, mais dezenas de sensores visuais e auditivos, a vigilância de todos os pontos estrategicamente essenciais, é uma constante. Para melhor compreensão da tecnologia empregada, até a água dos chuveiros onde os presos vão tomar banho tem duração controlada por computador. [...] Construída para abrigar 432 presos condenados pela Justiça em 108 celas [...] A unidade prisional também terá espaço para oficinas ou canteiros de trabalho, onde os presos poderão se profissionalizar e ainda conquistar a remissão de pena, gabinete médico, odontológico e psicológico; espaço para visitas fora da área de carceragem e para visitas íntimas que tem por objetivo não desagregar a família. (Tocantins, 2005)

A construção de um presídio de segurança máxima visava atender à execução penal de condenados pela justiça tocantinense, de modo que, nacionais condenados em todo o estado passaram a ser parte do corpo de reeducandos no cumprimento de suas penas.

Figura 2 – Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota

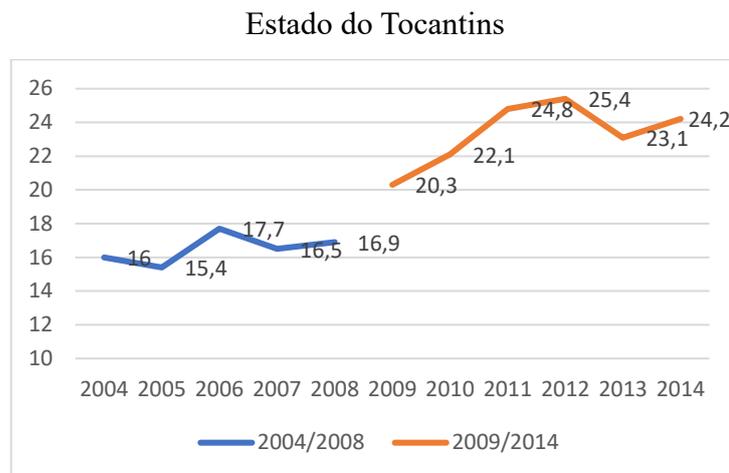


Fonte: Imagem retirada do site G1 <<https://abrir.link/eKfJY> (2018)>

Entre os anos de 2004 a 2008, segundo o Ipea (2016) o Estado do Tocantins apresentou taxa média de 16,5 homicídios por cem mil habitantes. Acontece que, entre os anos de 2009 a 2014 houve uma crescente na taxa média, subindo para 23,3 homicídios por cem mil habitantes.

A cidade de Araguaína gradativamente passou a ter maior incidência de crimes hediondos, com a conotação de cidade violenta. De acordo com a análise dos dados de monitoramento de violência, no ano de 2016, já ocupava a 34^a posição no ranking das 100 cidades mais violentas do Brasil (BRETAS, 2018).

Figura 3 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 2004 a 2014:



Fonte: Ipea (2023)

A história de Araguaína é marcada por períodos de crescimento e desenvolvimento, todavia, também por episódios de violência. Conforme relatado, desde a sua fundação em 1958, experimentou um vertiginoso crescimento populacional e econômico nas décadas de 1960 e 1970. Por outro lado, a partir da década de 1980, a cidade passou a registrar aumento nos índices de criminalidade, sobretudo de homicídios.

O recorte temporal acima realizado tem o objetivo de se relacionar tais dados com um fato histórico determinado, ocorrido em dezembro de 2009: a rebelião do Barra da Grota.

2.2 A rebelião na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota - UTPBDG

Na sexta-feira, dia 4 de dezembro de 2009, por volta das 17h, uma rebelião teve início na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota, em Araguaína/TO, sendo que cerca de seis agentes penitenciários e funcionários administrativos foram mantidos reféns pelos rebelados, os quais se armaram com pedaços de pau, barras de ferro e facas feitas com grades. Os rebelados, na manhã seguinte, exigiam armas, coletes, celulares, munições e carros para fuga, ocupando a parte superior da unidade. Ainda, atearam fogo em colchões e quebraram janelas e outras estruturas do presídio.

Elismar Damasceno, um dos detentos, foi tomado pelos rebelados, os quais, valendo-se de instrumentos cortantes feitos com barras de ferro retiradas das grades, o perfuraram. Depois, o levaram até a parte superior da construção e, de lá, o arremessaram de uma altura de seis metros. No chão, ainda com vida, jogaram um dos colchões, retirado de uma das celas, em cima de seu corpo, e passaram a ameaçar atear fogo, caso não fossem atendidos em suas exigências

de coletes, armas e carro para a fuga (DIAS, 2009). Elismar, depois, foi socorrido pelas instituições do Corpo de Bombeiros e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), sendo levado ao Hospital Regional de Araguaína, onde não resistiu aos ferimentos e morreu.

Figura 4 – A rebelião do Barra da Grota



Fonte: O Tempo <<https://encurtador.com.br/ik4sJ>>

Os documentos jornalísticos publicizados à época descrevem uma reunião policial de cerca de 300 (trezentos) agentes no cerco que se montou em volta da unidade penal, “os rebelados, que exigem armas, munição e carros para a fuga, ocuparam a parte superior da penitenciária. "Os líderes da rebelião [...] tomaram conta de tudo. A situação é absolutamente descontrolada, com fogo em todo lugar”, (TERRA, 2009) sendo que uma coalizão de unidades especializadas adentrou no presídio e resgatou os agentes que eram mantidos reféns (QUINTÃO, 2009).

Três dias depois, em 09/12/2009, o Ministério da Justiça transferiu 20 (vinte) presos considerados de alta periculosidade, identificados como responsáveis pela liderança na rebelião ocorrida na unidade penal, apontando que “o motim que envolveu 200 detentos resultou em três pavilhões destruídos, cozinha e lavanderia incendiadas e um preso esfaqueado” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009).

No âmbito estadual, iniciou-se o rescaldo de verificação dos danos e, adiante, a reconstrução das instalações, a tensão de volta à segurança institucional e a reestruturação das práticas e rotina da unidade.

Figura 5 – Conjunto de imagens internas da UTPBDG do pós-rebelião



Fonte: ALVES, Breno. Territórios marcados pelo medo. Araguaína-TO, 2025.

O serviço de inteligência do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) ficou responsável pela triagem e distribuição dos presos para os presídios federais, sendo que, primeiramente, foram encaminhados, em caráter de emergência, ao Presídio Federal de Campo Grande, onde, depois, foram divididos com destino à Penitenciária Federal de Catanduvas, no Paraná, Penitenciária Federal de Porto Velho, em Rondônia, e à Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Esta operação de transferência de presos foi toda articulada e operacionalizada pelo Governo Federal. Inclusive, o Governo Federal realizou publicação e divulgação da lista dos vinte presos que foram transferidos no período logo após a rebelião.

É voz corrente entre os agentes de segurança pública é a de que esses presos, ao serem transferidos para os presídios federais, tiveram contato com presos da alta cúpula das facções criminosas de maior abrangência nacional, o CV - Comando Vermelho e o PCC – Primeiro Comando da Capital. Através deste contato, esses presos passaram por rituais de batismo e passaram a ser faccionados, pertencentes às referidas facções.

Dois anos após, os detentos transferidos para os presídios federais regressam à UTPBG, sendo que agora, voltam após ter contato com lideranças do crime organizado do país inteiro, iniciando, então, um processo de batismos e filiações às agremiações criminosas denominadas PCC – Primeiro Comando da Capital e CV – Comando Vermelho.

Sustentam os agentes de segurança, que a rebelião ocorrida na Unidade Prisional Barra da Grota em dezembro de 2009 se tratou de um marco crucial na história da violência em Araguaína, tendo como resultado a morte de um preso e a transferência de 20 detentos considerados de alta periculosidade para presídios federais. Segundo tais relatos, esses detentos teriam feito contato com líderes de facções criminosas nacionais, como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), durante o período de reclusão.

Após o retorno dos detentos transferidos para os presídios federais em 2012, a influência das facções criminosas em Araguaína se intensificou. Presos recrutados pelas facções durante

a rebelião e aqueles que retornaram dos presídios federais disseminaram a cultura e as práticas das facções dentro e fora do sistema prisional.

Desde 2009, ano da rebelião, de acordo com Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Estado do Tocantins tem aumento no número de homicídios, ocorrendo uma escalada de assassinatos: 289 em 2009; 327 em 2010; 361 em 2011; 379 em 2012; 349 em 2013; 381 em 2014; 503 em 2015; 577 em 2016, 557 em 2017; 570 em 2018; 456 em 2019 (Ipea, 2024).

O Atlas da Violência, uma parceria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, apresentou dados específicos de Araguaína, sendo possível identificar a crescente quantificação de homicídios entre os anos de 2014 e 2017, que a colocou, neste critério avaliativo, como a 34ª cidade mais violenta do Brasil no ano de 2016.

Tabela 1 – Homicídios em Araguaína/TO entre os anos 2014 e 2017

ANO	HOMICÍDIOS	POPULAÇÃO	TAXA
2014	89	167.176	53,29
2015	105	170.183	61,7
2016	122	173.112	70,5
2017	107	175.960	62,4

Fonte: Ipea (2024) organizado pelo autor

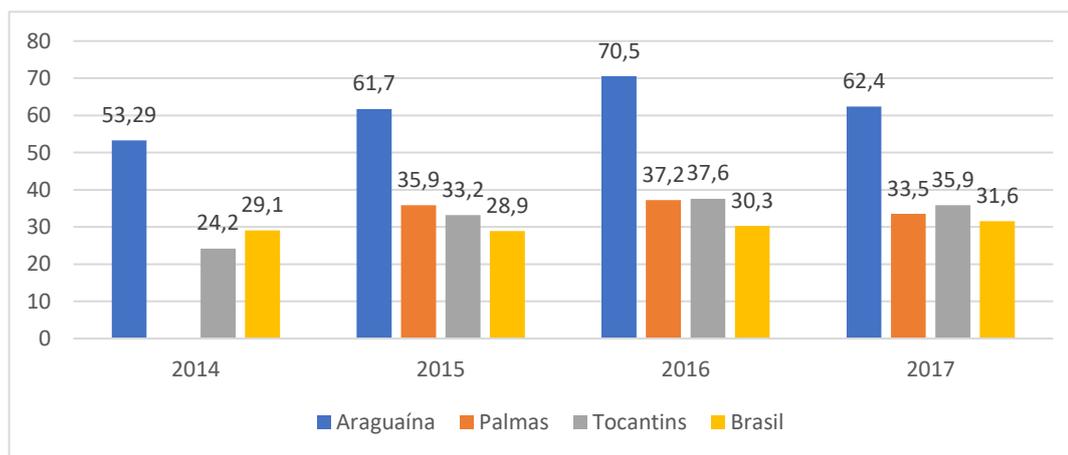
Figura 6 – Demonstrativo de Homicídios, população e taxa por 100 mil habitantes, Araguaína entre os anos 2014-2017



Fonte: Ipea (2024) organizado pelo autor

No intuito de compararmos as taxas e números registrados por Araguaína/TO, realizamos a coleta de dados referentes à cidade de Palmas, ao Estado do Tocantins e também coletamos os dados referentes ao Brasil, possibilitando uma comparação regional, estadual e nacional.

Figura 7 – Comparativo de Homicídios por 100 mil habitantes entre as cidades de Araguaína e Palmas, Tocantins e Brasil



Fonte: Ipea (2024) organizado pelo autor

Realizando a análise de evidências extraídas dos atlas de violência, conforme o gráfico acima, temos que Araguaína, em comparação com as taxas de Palmas, embora tenha uma população inferior à da capital, apresenta uma proporção maior de homicídios. Para exemplificar, no ano de 2016, enquanto Araguaína registrou a taxa de 70,5 homicídios por 100 mil habitantes, Palmas registrou 37,2, ou seja, em outras palavras, uma taxa cerca de 90% maior que a da capital.

Em âmbito estadual, observa-se que o Estado do Tocantins, no ano de 2014, apresentou uma taxa geral de 29,1 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto Araguaína, analisada isoladamente, registrou 53,29, refletindo em uma taxa aproximadamente 120% maior que a média estadual. Em 2016, essa diferença alcançou seu ápice, chegando a um índice cerca de 133% maior que a média estadual.

Em uma análise nacional, os números de Araguaína sempre se mostram significativamente superiores às médias de todos os estados da federação. Em 2014, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Araguaína foi cerca de 83% maior que a média nacional; em 2015, aproximadamente 113% maior; em 2016, 132% maior; e em 2017, 97% maior. Esses

números nos permitem concluir que, entre 2014 e 2018, Araguaína manteve consistentemente uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes que se aproximava do dobro da média nacional.

Cumprido destacar que os dados e informações sobre a incidência e registro de homicídios têm o poder de contribuir significativamente para a análise da violência criminal, revelando tendências e a magnitude do fenômeno. Destaca-se que o número de vítimas de homicídios (ou sua taxa para cada 100 mil habitantes) é considerado um dos indicadores mais importantes para mensurar a violência em uma sociedade (FBSP, 2021, p. 352). O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) justifica essa premissa por dois motivos: primeiro, pela gravidade do resultado, tornando-o um fator crucial a ser considerado, sendo o indicador mais amplamente utilizado devido à sua universalidade; segundo, pelo fato de ser o crime mais bem notificado, com pouca subnotificação, ao contrário de casos de roubos ou furtos. Nesse sentido, "[...] alguns indicadores de aumento da criminalidade têm bases mais sólidas, como os números de homicídio, o mesmo não se aplica a outros tipos de crimes" (OLIVEIRA, 2003, p. 243).

2.3 O Poder Judiciário e o impacto das facções criminosas

Partindo dos dados acima elencados, traçamos o objetivo de verificar dados que indiquem, em alguma medida, o aspecto temporal de quando o poder judiciário de Araguaína passou a se deparar com as condutas delitivas advindas, ou relacionadas à atuação de organizações criminosas, buscando identificar a inserção social desse fenômeno no contexto das relações de poder urbanas.

Os crimes relacionados à atuação das facções em Araguaína geralmente envolvem homicídios, tráfico de drogas, extorsão e roubos. Esses crimes são frequentemente motivados por disputas de território entre facções rivais, controle do tráfico de drogas e vinganças (Deus; Sodré, 2019).

Dada a variedade de investigações realizadas pela polícia judiciária, temos que o bem jurídico violado pela norma penal também se torna variável nas diversas condutas criminosas estipuladas pela legislação, sendo que, nos delitos envolvendo crimes patrimoniais, em regra, a motivação é a vantagem financeira, nos crimes contra a liberdade sexual, a motivação é a satisfação do prazer sexual, etc. Assim sendo, a análise quanto à motivação dos delitos é perfunctória, não tendo excedente peso sobre as decisões sobre os atos estatais.

Por outro lado, as investigações envolvendo crimes de homicídios são consideradas complexas, uma vez que envolvem o estabelecimento claro investigativo de local de crime,

tempo do crime, autoria delitiva, dinâmica de ação, causa (resultado) e motivação. Gerando, por sua vez, uma análise densa e com peso sobre as decisões dos atos estatais.

Diferentemente dos delitos de tráfico de drogas ou de roubo, cujas forças motrizes são eminentemente financeiras, o homicídio é uma espécie de crime cuja motivação encontra-se atrelada à complexa rede de relações, ações e contextos humanos. Sua ocorrência pode estar ligada a uma forma de ação absolutamente passional/irracional (como nos casos em que pessoas sem qualquer antecedente criminal ou perfil de violência matam seus cônjuges em função de uma forte crise de ciúmes), até mesmo a um intrincado e complexo esquema criminoso que visa lucros transnacionais (como a execução encomendada de um magistrado que vinha prejudicando os negócios de uma quadrilha envolvida com tráfico internacional de drogas). (BRASIL, 2014)

Desta forma, para realizarmos esta pesquisa, optamos por analisar dados advindos desta espécie delitiva, tal seja: homicídio.

Para cumprir o objetivo, ingressamos com a solicitação de dados junto à Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, visando o acesso à listagem de todos os processos encaminhados ao Tribunal do Júri mediante decisões de pronúncia. Após trâmite regular, com lavratura de termo de confidencialidade e sob crivo da Lei Geral de Proteção de Dados, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins decidiu favoravelmente e nos encaminhou os dados solicitados devidamente tabelados.

A escolha por processos que contenham a decisão de pronúncia¹ foi em virtude de um meio concreto para encontrarmos dados qualitativos de robustez, ou seja, textos de atos judiciais motivados, os quais são passíveis de análise de seu conteúdo.

A ciência jurídica do Direito diz que, formalmente, toda conduta que atente, no sentido de colidir com a lei penal editada e publicizada pelo Estado é crime, e, materialmente, é crime as condutas lesivas aos bens jurídicos mais importantes (GRECO, 2008).

Nesta esteira de cognição, após a ocorrência do crime, valendo-se do princípio processual penal da oficialidade, temos que a persecução penal é dever obrigatório para o Estado, o qual teria as tarefas de investigar, processar e punir o agente do crime, valendo-se de seus órgãos constituídos, através das polícias judiciárias (Polícia Civil e Polícia Federal), do Ministério Público e do Poder Judiciário (NUCCI, 2008)

Para tanto, o Estado produz procedimentos como modo de se relacionar e produzir o processo, uma concatenação de atos ordenados e previamente estipulados que se realiza no

¹ A pronúncia é o ato em que o juiz expressa a sua convicção quanto à ocorrência de crime doloso contra a vida e quanto à presença de “poderosos indícios de sua autoria” e assim, aceitou as acusações feitas contra a pessoa acusada e encaminhou o processo para julgamento no Tribunal do Júri

exercício da jurisdição. O processo penal, assim, pode ter procedimentos distintos, todavia, todos previamente descritos pela lei processual (LIMA, 2014).

Por previsão constitucional, os crimes dolosos contra a vida serão julgados pelo tribunal de júri, com princípios atinentes de plenitude de defesa, sigilo das votações e soberania dos veredictos. Desta forma, enquanto crimes comuns como furto ou roubo são julgados pelo juízo singular comum, os crimes dolosos contra a vida, onde o homicídio se enquadra na ciência jurídica, será julgado pelo tribunal do júri. Assim, temos um procedimento especial para o processamento quando se trata de crime de homicídio.

Durante o trâmite e movimento deste procedimento especial em um processo penal cuja crime atribuído à conduta seja de homicídio, existe uma decisão judicial, considerada como interlocutória, em virtude de não ser terminativa, chamada pronúncia. Esta decisão tem natureza mista, pois encerra a fase de formação de culpa e inaugura a fase que levará ao julgamento do mérito, com a preparação do plenário (NUCCI, 2008).

Desta forma, os dados enviados pelo Tribunal de Justiça foram de processos que, regularmente tramitados pela polícia civil, pelo ministério público, pela defensoria pública e/ou advogados, sob a presidência do poder judiciário, chegaram até a decisão de pronúncia, ou seja, encaminhou-se o feito à apreciação do tribunal do júri.

2.3.1 Eproc - sistema de processo judicial eletrônico

Existem grandes sistemas eletrônicos de utilização judicial no Brasil, sendo que cada tribunal de justiça optou por contratar a aplicação destes como melhor escolha para sua utilização estadual.

O ponto de início para a introdução do sistema Eproc no Judiciário do Tocantins remonta à aprovação da Resolução nº 01, datada de 15 de fevereiro de 2011, que estabeleceu a implementação do processo eletrônico tanto no 1º quanto no 2º grau de instrução, após deliberação do Pleno do Tribunal de Justiça. Adiante, em 17 de março de 2011, foi formalizado o convênio com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, responsável pela tecnologia. O projeto Eproc foi então implementado no próprio Tribunal de Justiça e na Comarca de Palmas, seguido pelo desenvolvimento e implantação do sistema nas 41 comarcas do interior. Em 2015, o Tocantins tornou-se o primeiro Estado a alcançar a total digitalização do acervo físico em tramitação. Em 2019, o Eproc migrou para a plataforma nacional, trazendo diversas vantagens ao tribunal, como automação de tarefas e uso de inteligência artificial para otimização de

rotinas, além da padronização de códigos, facilitando a colaboração entre técnicos de outros tribunais participantes (TJTO, 2023).

Figura 8 – Linha do tempo do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Eproc no estado do Tocantins



Fonte: Tribunal de Justiça do Tocantins <<https://encurtador.com.br/4Lh99>>

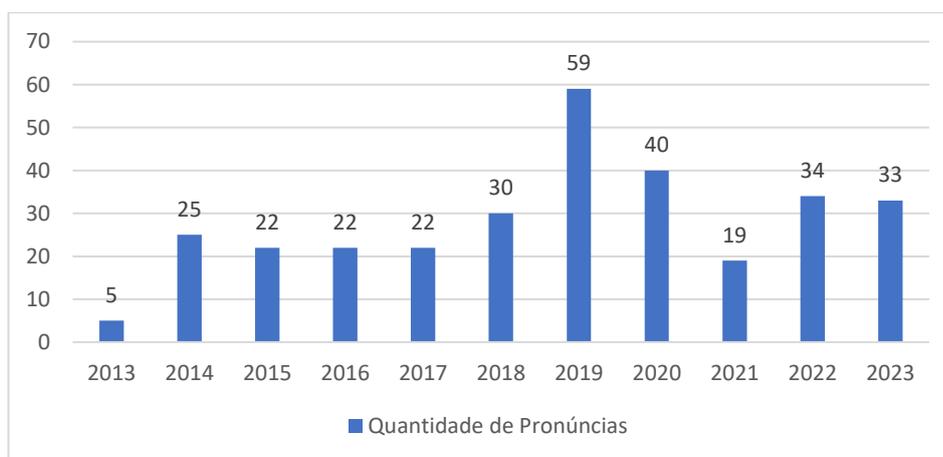
Assim, temos uma qualidade das informações encaminhadas pelo poder judiciário, uma vez que todos os dados são categorizados em tabelas taxionômicas previamente estabelecidas pelo sistema informatizado, garantindo dados de maior credibilidade.

2.3.2 Análise quantitativa dos processos judiciais

Visando o tratamento quantitativo dos dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça, utilizamos dois softwares: o *Excel*, da empresa Microsoft e o *Qlick View*, da empresa QlickTech. Foram-nos encaminhados dados disponíveis no sistema eproc desde a sua implementação até a data de 30/11/2023.

Após tratamento, encontramos a informação do quantitativo de processos criminais identificados taxonomicamente por “Ação Penal de Competência do Júri”, que foram movimentados com a inclusão da tramitação “Julgamento - Sem Resolução de Mérito – Pronúncia”, indicando, assim, os que foram encaminhados à júri popular: somou-se a quantidade de 311 (trezentos e onze) processos-crime. Para parâmetro temporal, encontramos o processo-crime mais antigo com inclusão digital no ano de 2012 e o processo-crime mais atual no ano de 2023.

Figura 9 – Relação de decisões de pronúncia por ano de sua prolação – Comarca de Araguaína-TO, 2013-2023



Fonte: TJTO (2024), organizado pelo autor.

O procedimento do júri, bem como a qualquer outro processo, não tem a concatenação de atos atrelados a uma marcação temporal exatamente positiva, ou seja, os prazos processuais se alteram e se alargam, ou se encurtam, de acordo com a juntada das peças jurídicas e pedidos ajuizados, bem como pelo volume de processos vinculados ao juízo.

Desta forma, não é possível determinar de plano, em qual ano ocorreu o crime que foi processado pelo movimento estatal baseando-se apenas na pronúncia. Por outro lado, em tratamento dos dados enviados, nos foi possível identificar, por exemplo, a entrada do processo no sistema eproc.

Em exemplo: no ano de 2017, 22 processos-crimes foram encaminhados para o plenário do júri, todavia, apenas quatro se referiam a crimes cujos processos criminais se ingressaram no sistema no ano de 2017; 13 se referiam a crimes que processos se ingressaram no ano de 2016, um no ano de 2015, um em 2014 e outro no ano de 2011.

Outro tratamento dos dados consistiu em analisar a taxa média de sentenças de pronúncia emitidas pelo poder judiciário na comarca de Araguaína. No entanto, devido à incompletude dos dados referentes ao ano de 2013, quando o sistema foi implementado, e ao ano de 2023, cujos dados ainda não estavam completos devido ao fator temporal, foram considerados apenas os dados de 2014 a 2022. Assim, com base nos 273 processos-crimes analisados, a média anual de sentenças de pronúncia foi de 30,3.

Consolidando os dados advindos da primeira parte de nossa pesquisa com os dados adquiridos nesta etapa investigativa, é possível encontrar as seguintes observações: i) no ano de 2014 houveram 89 homicídios em Araguaína e o poder judiciário de Araguaína, através de seu

juiz criminal, pronunciou autor(es) em 25 processos-crimes; ii) no ano de 2015 houveram 105 homicídios em Araguaína e o poder judiciário pronunciou autor(es) em 22 processos; iii) no ano de 2016 houveram 122 homicídios, com, novamente, 22 pronúncias; iv) no ano de 2017 houveram 107 homicídios, com novamente, 22 decisões pronúncias. Ressaltamos que as decisões de pronúncia não se referem a crimes cometidos no ano em que foram proferidas

A constatação acima sugere que, embora o número de homicídios se encontrava com taxa média em ascensão, não houve mudança significativas da rotina procedimental do juízo criminal e dos órgãos participantes da persecução penal, os quais seguiram, nos quatro anos analisados, com taxa anual de processos encaminhados ao tribunal do júri em quase constante linear. Ressaltamos que as causas e efeito da manutenção destes números diante do aumento de violência não é objeto deste estudo.

No ano seguinte, em 2018, em comparação a 2017, houve um terço a mais de decisões de pronúncia, em 2019, comparado com 2017, houve um aumento de 168% no número de decisões de pronúncia.

Não há, nos dados enviados, vínculos de informações que nos possibilitem inferir que o aumento dos processos que foram encaminhados ao tribunal do júri tenha relação direta com a quantidade de investigações policiais concluídas. Todavia, apontamos alguns dados correlatos quanto à sua temporalidade no contexto de Araguaína, uma vez que, como política pública de segurança pública, o Estado do Tocantins, em 2017, criou a Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa de Araguaína, já no anseio de reação aos dados de homicídios de 2016, que apontavam Araguaína como a 34ª cidade mais violenta do Brasil.

2.3.3 Análise qualitativa dos processos judiciais

Visando o tratamento dos dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça, utilizamos os softwares *Acrobat Reader*, da empresa Adobe Systems e a aplicação *Google Cloud*, escolhidos porque são softwares gratuitos que permitem a busca textual em arquivos em formato *.pdf*.

Na primeira etapa, recebemos os dados em uma planilha encaminhada pelo Tribunal de Justiça, sendo que, cada processo detém um número sequencial de referência, os quais foram, em sua totalidade, validados, isto é, verificados um a uma sua existência no sistema Eproc. Na etapa seguinte, ingressamos no sistema eproc e confirmamos a presença da movimentação taxionômica de decisões de pronúncia, sendo que, novamente, todos os dados foram validados.

Adiante, realizamos o download de cada uma das decisões de pronúncia referenciadas a cada processo-crime, nos gerando 311 arquivos de decisões judiciais. Realizamos, também, o

download de 311 arquivos digitais de “alegações finais”, peça acusatória necessária para decisão de pronúncia.

Existe uma ampla gama de uso de vocábulos referentes à atuação de agrupamentos de indivíduos com fins à produção de resultados criminosos, sendo que há uma deficiência quanto à clareza na expressão facção, da qual não se encontra paralelo na literatura internacional sobre coletivos de prisioneiros organizados (Lourenço; Almeida, 2013).

Barbosa (2019) descreve as facções como sendo organizações criminosas dotadas de estatuto e de ideologia do crime, com foco para o amplo domínio dentro e fora dos presídios e o controle territorial. Paiva (2019) explica facção como sendo um coletivo social focado para o crime, citada, também, como o crime organizado, o comando, o bonde, o trem, a tropa, a família, os irmãos.

Desta forma, valendo-se dos termos mais genéricos, utilizamos as identificações das facções em atuação no Estado do Tocantins, bem como as terminologias jurídicas levantadas: *i) CV; ii) PCC; iii) facção; iv) organização criminosa; vi) ORCRIM; vii) facções;*

Assim, seguindo os parâmetros de pesquisa acima elencados, realizamos a varredura digital dos documentos obtidos e processados junto ao Tribunal de Justiça, utilizando softwares de reconhecimento óptico de caracteres (OCR - Optical Character Recognition). Nos documentos digitais analisados, encontramos 11 (onze) arquivos que foram digitalizados como imagens, sendo que, estes foram lidos em sua íntegra. Ainda, no tratamento de dados, encontramos 68 (sessenta e oito) arquivos de áudio, os quais se referem a alegações finais produzidas pelo Ministério Público de forma oral, os quais foram devidamente baixados. Em ato contínuo, realizamos o uso da aplicação denominada *Transcriber 2.0*, a qual realizou a conversão automática das falas contidas nos áudios em texto.

Realizamos a pesquisa envolvendo o termo “facções”, encontrando a primeira aparição do termo para um crime de homicídio ocorrido em 10/10/2015, e a segunda aparição para crime de homicídio ocorrido em 07/02/2017. Com relação ao primeiro, narra-se que no interior da Unidade Penal Barra da Grota – UTPBDG, integrantes de facções criminosas atuaram em conjunto para matar outro detento em virtude dívidas de transações comerciais realizadas no interior do presídio.

Por sua vez, utilizando o parâmetro PCC, a primeira menção registrada data de 07/02/2017, um crime de homicídio tentado no qual o autor avistou a vítima na porta da residência de sua namorada, desceu de uma motocicleta e caminhou por um beco sorrateiramente para atirar contra a vítima, motivado pela disputa de facções criminosas rivais.

Com o parâmetro CV, abreviação de Comando Vermelho, a busca digital encontrou o primeiro registro datado de um crime ocorrido em 28/03/2017, um homicídio consumado no qual a vítima foi amarrada e lhe foi impingida intenso sofrimento físico e mental, com utilização de recurso que dificultou sua defesa e ocasionou a sua morte, tendo como motivação delitiva a disputa entre facções criminosas rivais.

Ao utilizar o parâmetro facção, o primeiro registro encontrado na varredura digital refere-se a um crime ocorrido em 07/02/2017, se tratando do mesmo fato descrito nas pesquisas de parâmetro supracitadas.

Em uma varredura com o termo ORCRIM e "organização criminosa", apesar de ser um termo abreviativo de peças jurídicas, bem como um tipo penal específico, não encontramos nenhuma menção.

Conclui-se que, após analisar todos os processos-crimes de homicídios digitalizados junto ao sistema eproc que foram remetidos à apreciação do júri popular, as primeiras aparições de termos vinculativos a facções criminosas ocorreram no início do ano de 2015. Conclui-se, também, que o primeiro crime de homicídio encaminhado a júri popular que houve menção jurídica às facções criminosas, adveio de fato delituoso ocorrido, justamente, nas dependências da Unidade Penal Barra da Grota.

Assim, o estudo aponta que a rebelião ocorrida em 2009 representou um ponto crucial na cronologia da violência em Araguaína. A partir deste episódio a presença das organizações criminosas na região foi intensificada, resultando em um aumento expressivo nos índices de homicídios. Ainda, a presente pesquisa identificou a existência de obstáculos enfrentados pelo sistema de segurança pública e pelo judiciário para investigar e sancionar delitos associados aos grupos, apontando a necessidade procurando enriquecer o diálogo acerca da violência urbana e da atuação das facções criminosas no estado.

3. ANÁLISE DAS MOTIVAÇÕES DOS HOMICÍDIOS EM ARAGUAÍNA COMO BASE PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta segunda etapa da pesquisa multidisciplinar, realizamos investigações com o objetivo identificar as motivações subjacentes aos homicídios ocorridos na cidade de Araguaína, com vistas a realizar análises comparativas com dados de pesquisas correlatas. Inicialmente, serão consolidadas as categorias de motivações de crimes de homicídio, estabelecidas a partir de dados oficiais, a fim de definir as categorias analíticas deste estudo. Em seguida, será conduzida uma análise qualitativa das investigações policiais de homicídios ocorridos em Araguaína entre 2018 e 2023, classificando cada caso de acordo com as categorias pré-estabelecidas. Por fim, os resultados serão analisados e contextualizados à luz de estudos anteriores, destacando a relevância das evidências para a formulação de políticas públicas direcionadas à redução da criminalidade.

O ato de um indivíduo tirar a vida de outro de sua própria espécie é conduzido por uma variedade de causas que operam em diferentes níveis, envolvendo uma multiplicidade de fatores biológicos, psicológicos, sociais e até mesmo patológicos. A definição jurídica do crime de homicídio, expressa no artigo 121 do Código Penal, resume-se a apenas duas palavras: "matar alguém". No entanto, essa simplificação não captura a complexidade das circunstâncias que envolvem o ato homicida. Mesmo com a inclusão de qualificadoras legais que estabelecem agravamentos de pena para motivações específicas, como motivo fútil ou torpe, pagamento, assegurar impunidade, execução de outro crime ou condição do sexo feminino, ainda nos deparamos com um amplo espectro de respostas para a questão fundamental: por que ocorreu determinado homicídio no mundo real?

O homicídio é a mais chocante violação do senso moral médio em referência a uma humanidade civilizada, sendo o tipo penal central dos crimes contra a vida e o ponto ápice na orografia dos crimes, sendo o crime por excelência (BITTENCOURT, 2015).

Em 2012, o Conselho Nacional do Ministério Público lançou a campanha "Conte até 10. Paz. Essa é a atitude", como parte da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, com o apoio do CNJ e do Ministério da Justiça. Essa campanha baseou-se em um estudo elaborado a partir de dados de quinze estados e do Distrito Federal. Dessa forma, evidenciamos a relevância do tema e a justificativa para a presente pesquisa. Políticas públicas, alocação de recursos, execução de orçamentos e esforços institucionais são moldados e implementados com

base em planos de ação derivados de análises e estudos de dados, como aqueles que esta pesquisa visa alcançar.

3.1 Da análise de motivação em crimes de homicídio

Para cada crime de homicídio é instaurado um inquérito policial para a investigação, e devido à variedade de diligências envolvidas, não há um procedimento padrão estabelecido. O inquérito policial, como instrumento de investigação, consiste na documentação de uma série de atos elucidativos sobre a natureza e as circunstâncias do crime. "Essa investigação envolve necessariamente diversos atos de linguagem. A maioria desses atos é inicialmente oral e posteriormente transcrita para linguagem escrita" (NASCIMENTO, 2015, p. 13).

O delegado de polícia, responsável pela investigação, elabora um documento chamado "relatório final de inquérito", que inclui uma análise técnico-jurídica do caso e é encaminhado ao poder judiciário. No relatório final, o delegado muitas vezes utiliza a retextualização como recurso argumentativo e de autoridade, transformando depoimentos em hipóteses ou conclusões. É importante ressaltar que no relatório final do inquérito, o operador do direito emite um juízo de valor, que pode resultar no "indiciamento" ou não do acusado. Esse indiciamento, derivado do juízo de valor do operador do direito, tem o efeito prático de inserir informações negativas nos registros criminais (NASCIMENTO, 2015, p. 14).

Portanto, este estudo utilizará o acesso e compilação de dados desse documento jurídico que encerra o procedimento administrativo conduzido pelo Estado para investigar uma conduta criminosa.

3.2 Levantamento de dados referentes à motivação de homicídios em Araguaína

Para quantificar os dados de homicídios com causa identificada, escolhemos Araguaína como nosso foco geográfico. Araguaína é a segunda maior cidade do Estado do Tocantins em população e foi classificada como a 34ª cidade mais violenta do Brasil em 2016 pelo Atlas da Violência (BRETAS, 2018).

Optamos por coletar dados para os anos de 2018 a 2023, considerando que em 2017 foi inaugurada a 2ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Araguaína. Os registros de crimes e homicídios anteriores a 2018 estão dispersos nas diversas unidades policiais da cidade, uma vez que a Polícia Civil passou a ter uma unidade especializada apenas em 2017, começando a sistematizar os dados a partir de 2018. Com esses critérios, compilamos todas as investigações

policiais concluídas pela Polícia Civil, especificamente pela unidade especializada em homicídios, em Araguaína, durante os seis anos selecionados.

Considerando que cada unidade finalística da Polícia Civil deve manter registros de instauração e remessa de envios de inquéritos policiais ao judiciário, acessamos o sistema PPE² e, com os filtros específicos, identificamos 292 investigações policiais concluídas sobre homicídios (consumados e tentados) em Araguaína. Realizamos então a extração e compilação dos relatórios finais de cada caso concluído.

3.3 Tratamento de dados referentes à motivação de homicídios em Araguaína

Com a formação do banco de dados primário contendo informações referentes à motivação de homicídios em Araguaína, procedemos ao seu tratamento, qualificando os dados por meio da leitura minuciosa de cada relatório final de inquérito para identificar as causas de cada crime de homicídio.

Destaca-se a falta de uniformidade nos critérios de categorização das causas de homicídio adotados pelas secretarias de segurança pública estaduais. Cada unidade federativa estabelece critérios distintos, definindo macrocategorias para classificar as causas dos crimes de homicídio (CNMP, 2012).

Recorremos à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD, 2024) e parametrizamos a busca de teses e dissertações para a palavra homicídio, sendo que encontramos 907 trabalhos científicos. Refinamos a busca, associando os termos homicídio e motivações, desta nova busca foram localizados 30 trabalhos, todavia, em análise a estes estudos, nenhum deles tratava de estabelecer uma proposição de categorias de análise de causas de homicídios esclarecidos.

As pesquisas e trabalhos angariados na busca de referencial apontam que as pesquisas são comumente realizadas em dados objetivos de quantificação de homicídios e suas correlações com faixa etária, sexo, camada social, cor da pele, e há, neste sentido, uma escassez de estudos que desvendem as causas diretas (motivos) latentes de ocorrências de homicídios. Uma hipótese para a falta de estudos nesse campo é a dificuldade de acesso aos dados, pois as investigações policiais, por princípio, correm em sigilo e, somente ao findar destas, teríamos a

² A Polícia Civil do Estado do Tocantins utiliza o Sistema eletrônico PPE, vinculado à rede Infoseg, mantida pela União através do Ministério da Justiça e Segurança Pública

associação da motivação ao evento, diferentemente do mero registro de boletins de ocorrência, amplamente usados para a métrica criminal.

No ano de 2012, ante a falta de literatura e pesquisa, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizou levantamento com quinze unidades federativas e com o Distrito Federal, na tentativa de identificar categorias de causas associadas a atitudes impulsivas do autor de homicídios, bem como as categorias que indicam motivos fúteis, buscando conhecer, ainda que por estimativa, a respectiva proporção frente aos demais homicídios.

A análise dos dados de dois grandes estados brasileiros – São Paulo e Rio de Janeiro - pelo estudo do CNMP revela uma grande discrepância na categorização entre eles. Enquanto São Paulo categorizou as causas em fútil, vingança, desavença, passional, dívida, obtenção de patrimônio e drogas, o Rio de Janeiro adotou categorias como alcoolismo, ciúme, homofobia, intolerância religiosa, motivo fútil, passional, entre outras (CNMP, 2012).

A diversidade de critérios de categorização se estende a outros estados. Por exemplo, o Mato Grosso do Sul categorizou as causas em vingança, passional, brigas e desentendimentos, abordagem policial, trânsito e dívida de drogas, enquanto o Acre adotou categorias como bebedeira, fútil e passional.

Assim, diante da falta de critérios uniformes entre os órgãos de segurança pública, resultando em uma disparidade na consolidação desses dados qualitativos de homicídios, da carência de pesquisas científicas que estabeleçam critérios de consolidação de dados sobre as causas de homicídios e da importância para a segurança pública de conhecer e identificar essas causas para direcionar políticas de prevenção ao homicídio, propusemos um critério de classificação, aplicado nesta pesquisa. Baseando-nos nas categorias expostas pelo CNMP (2012) e visando tornar viável a utilização dos dados, dividimos as causas em sete macrocategorias, com subdivisões em algumas delas para estratificação da informação.

Quadro 1 – Categorização de causas (motivos) de Homicídios em Araguaína-TO (2018-23)

<p>1. Quanto à motivação</p> <p>1.1 Impulso</p> <p>1.1.1 Brigas/Discussão</p> <p>1.1.2 Briga familiar</p> <p>1.1.3 Ciúmes/passionais</p> <p>1.1.4 Violência doméstica</p> <p>1.2 Atividades criminosas</p> <p>1.2.1 Tráfico de drogas</p> <p>1.2.2 Facções</p> <p>1.2.3 Grupo de extermínio</p> <p>1.3 Vingança privada</p>
--

- 1.4 Patrimonial
 - 1.4.1 Latrocínio
 - 1.4.2 Disputa patrimonial
- 1.5 Intervenções policiais
- 1.6 Não identificada
- 1.7 Outras

Fonte: ALVES, Breno. Territórios marcados pelo medo. Araguaína-TO, 2025

Dessa forma, com o banco de dados compilado na primeira fase, procedemos à associação de cada caso de homicídio às categorias previamente estabelecidas, permitindo que cada caso seja identificado com uma ou duas motivações categorizadas. Além da categorização, incluímos a qualificação do tipo de local do crime, distinguindo se ocorreu em via pública, residência, estabelecimento comercial ou zona rural, bem como o tipo de arma utilizada, seja arma de fogo, arma branca ou outros instrumentos. A organização dos dados em uma planilha gerenciável no software QlikView possibilitou a análise desses dados, como descrito a seguir:

Figura 10 – Homicídios em Araguaína-TO (2018-23): natureza, local do crime, instrumento, motivação principal (ou primária) e secundária

Natureza	Tipo de local	Instrumento	Motivação pri...	Motivação 2
HOMICÍDIO CONSUMAD 150	Logradouro público 132	Arma de fogo 171	Briga/discussão 69	Briga/discussão 22
HOMICÍDIO TENTADO 124	Residencial 94	Arma branca 97	Não identificada 59	Vingança 11
INTERVENÇÃO POLICIA 9	Comercial 39	Outro 24	Facções 44	Facções 5
LATROCÍNIO 5	Outro 16		Vingança 39	Briga familiar 5
LEGÍTIMA DEFESA 4	Rural 11		Ciúmes/passional 20	Ciúmes/passional 5
			Tráfico de drogas 15	Não identificada 4
			Violência doméstica 12	Disputa patrimonial 2
			Intervenção policial 10	Tráfico de drogas 2
			Briga familiar 9	Intervenção policial 1
			Latrocínio 6	
			Disputa patrimonial 5	
			Outra 3	
			Grupo de extermínio 1	

Fonte: ALVES, Breno. Territórios marcados pelo medo. Araguaína-TO, 2025

3.4 Dos achados e discussões

O trabalho de análise de dados e sua consequente categorização, possibilitou a identificação de taxas e proporções sobre o fenômeno criminal de homicídios na cidade de Araguaína. A análise qualitativa dos dados quantificados apontou que em 59 casos, o trabalho investigativo não conseguiu desvendar a motivação delitiva, sendo que em 233 casos foi possível realizar a categorização, os quais serão analisados.

Tabela 2 – Homicídios em Araguaína-TO (2018-23): motivação principal

Motivação Principal	Casos	Porcentagem
Briga/discussão	69	29,61%
Facções	44	18,88%
Vingança	39	16,74%
Ciúmes/passional	20	8,58%
Tráfico de drogas	15	6,44%
Violência Doméstica	12	5,15%
Intervenção policial	10	4,29%
Briga familiar	9	3,86%
Latrocínio	6	2,57%
Disputa patrimonial	5	2,14%
Outra	3	1,29%
Grupo de Extermínio	1	0,43%
TOTAL	233	100%

Fonte: ALVES, Breno. Territórios marcados pelo medo. Araguaína-TO, 2025

A pesquisa demonstrou que a motivação primária de maior incidência na cidade de Araguaína foi a briga/discussão, contrariando tanto a hipótese inicial quanto a compreensão do senso comum, que apontavam a disputa entre facções criminosas como fator predominante. A planificação dos dados encontra-se apresentada na Figura 13, a qual revela um desvio padrão de 20,70, indicando uma variabilidade significativa entre os tipos de motivação registrados nos casos de homicídio, pois estão **entre 49,30 e 90,70 pontos** (ou seja, entre **70 - 20,70 e 70 + 20,70**) – isso cobre aproximadamente **68% dos casos**, segundo a regra empírica da distribuição normal. Esse valor expressivo sugere que, embora a briga/discussão tenha se destacado como causa mais recorrente, há uma dispersão considerável nas motivações, o que aponta para a complexidade do fenômeno e a necessidade de abordagens multifatoriais nas políticas de prevenção à violência.

Em alguns casos, foi apontada duas incidências motivacionais, sendo que, novamente, a motivação briga/discussão foi a de maior frequência, seguida de vingança e de facções. Notadamente, tanto da análise de motivação principal, bem como a de motivação secundária, temos as três categorias motivacionais como sendo as de maior incidência.

Tabela 3 – Homicídios em Araguaína-TO (2018-23): motivação secundária

Motivação Secundária	Casos
Briga/discussão	22
Vingança	11
Facções	5
Briga familiar	5
Ciúmes/passional	5
Não identificada	4
Disputa Patrimonial	2
Intervenção policial	1
TOTAL	55

Fonte: ALVES, Breno. Territórios marcados pelo medo. Araguaína-TO, 2025

Em análise partindo dos resultados, com a leitura dos documentos, temos que dos 69 casos de homicídios motivados por briga/discussão, no presente estudo, 40 foram cometidos pelo instrumento arma branca, e 47 deles ocorreram em logradouros públicos ou estabelecimentos comerciais. Por outro lado, identificamos que a motivação referente a facções teve 90,9% de vinculação com o instrumento arma de fogo na ação delitiva.

Na análise dos casos categorizados como briga/discussão, 65% estavam relacionados a crimes tentados e 35% a crimes consumados. Por outro lado, entre os crimes de homicídio motivados por facções, 54,5% eram crimes consumados, enquanto 45% a crimes tentados. Deduz-se, devido a lesividade maior da arma de fogo, que os crimes de homicídio envolvendo o instrumento arma de fogo tem maior probabilidade de se consumir. Também, que crimes envolvendo a motivação referente a facção tem maior utilização de arma de fogo e maior probabilidade de se consumir.

Analisando os crimes que ocorreram no interior de estabelecimentos comerciais, temos que a motivação primária relacionada de maior incidência foi a de briga/discussão, perfazendo um montante de 47% do total da nossa amostra. Nos casos motivados por violência doméstica, que representam 5,1% do total analisado, predominou o uso de arma branca, empregada em 83,3% desses incidentes. Ademais, 91,6% desses crimes ocorreram em ambiente residencial.

O tratamento dos dados possibilitou analisar a supra categorização dos crimes cometidos por impulso, como se observa no Quadro 1, supramencionado. Nestes termos, a pesquisa apontou que 46,7% das motivações de homicídios, ou seja, quase a metade deles, se vinculou à supracategoria de relacionada a “impulso”. Em mesma quadra de cognição, 26,1% se vinculou

à supracategoria de “atividades criminosas”, e 16,7% se vinculou à supracategoria de “vingança privada”.

A vingança tem especial relevância, no presente estudo,, uma vez que, quando analisados apenas os homicídios consumados, temos que a motivação principal de maior incidência foi a categoria vingança, seguida de briga/discussão e facções. Nesta fração de crimes, temos que 65,3% foram cometidos com o instrumento arma de fogo. Por outro lado, quanto aos homicídios tentados, a motivação principal de maior incidência foi a categoria de briga/discussão. Nesta fração de crimes, 28,8% foram cometidos com o instrumento arma de fogo. Deste modo, a pesquisa constatou que a vingança foi a principal incidência nas motivações de homicídios consumados e que a briga/discussão foi a maior incidência das motivações de crimes tentados, estando a primeira vinculada a uma maior incidência do uso de arma de fogo.

Em estudo realizado no Rio Grande do Sul, Amaral (2018) valendo-se não dos dados das investigações, mas de acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, apontou a vingança como a segunda maior causa vinculada ao instituto jurídico do motivo torpe. Na mesma linha do estudo do CNMP (2012) no qual a vingança já aparecia como segunda maior motivação de crimes de homicídios em São Paulo, como maior incidência de motivação em Salvador/BA, como segunda maior em Maceió/AL e Grande Vitória/ES, e primeira no Estado do Pará. Por outro lado, o referido levantamento aponta taxa ínfima de incidência no Paraná. Sobressaltando que o referido levantamento já informava em seu prelúdio da dificuldade em encontrar parâmetros uniformes de categorizações.

A incidência da supracategoria de “atividades criminosas”, conforme supracitado, esteve vinculada a pouco mais de um quarto das motivações na cidade de Araguaína, 26,1%. Em comparação, um estudo realizado em dados de cidade de Caruaru/PE³ nos anos de 2016, o percentual era de 52% de motivações ligadas a atividades criminosas (FERREIRA, 2016), aquele estudo, utilizando dados de 2015 e critérios semelhantes de categorização do realizado em nosso estudo, serve de parâmetro para demonstrar a oscilação de dados quando analisados em bases geográficas diferentes.

Do presente estudo, temos que, embora o senso comum atrele a alta ou baixa de crimes de homicídios apenas à atuação de facções criminosas ou ao tráfico de drogas, tivemos a revelação de motivações atreladas a briga/discussão, e vingança, como tendo taxas, de maior incidência. Importante reiterar que os dados submetidos a análise tratam de eventos criminosos

³ População de 378.048 habitantes (IBGE, 2010)

elucidados, não contemplando os eventos criminosos de homicídios não elucidados, portanto, sem possibilidade de análise motivacional, em regra.

3.5 Evidências como base de políticas públicas

As políticas públicas voltadas ao campo da segurança pública tem sido cada vez mais referendadas em evidências, tendo amplo campo de estudos acadêmicos e científicos. Entendidas como sendo as intenções governamentais, produzem e visam produzir transformações no mundo real, “são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza política pública e seus processos” (SOUZA, 2006). Para Teixeira, as políticas públicas são:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimento para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvam aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

Nesta perspectiva, fundamenta-se que o Estado deve e pode ser o agente fomentador de sua implementação, sua regulamentação e manutenção do interesse público nestas políticas de bem comum.

O movimento de políticas baseadas em evidências tem demonstrado significativos avanços em diversas áreas da gestão pública, promovendo uma maior efetividade e eficiência, bem como a legitimidade das políticas públicas em escala global. Isso ocorre por meio da produção e aplicação extensiva de conhecimento inédito, reduzindo a influência de interesses econômicos, crenças e preconceitos nos processos decisórios (KOPITTKKE, 2023, p. 42).

O uso de evidências científicas resulta de um longo processo histórico, inicialmente impulsionado pelas áreas da saúde e da agricultura para superar crenças e interesses, focando na produção de conhecimento prático. Assim, as evidências para políticas públicas devem estar alinhadas aos melhores métodos científicos para serem efetivamente consideradas na tomada de decisão, reconhecendo que diversas técnicas são necessárias para gerar boas evidências.

Na seara da segurança pública, podemos citar como tipologias de evidências mais utilizados: a avaliação de programas, o estudo de impacto de um programa (CHAINNEY; SERRANO-BERTHET; VENRII, 2021), experimentos randomizados controlados, estudos para sistematizar evidências, estudos para sintetizar diversos estudos (metanálise), ferramentas de tradução e difusão de evidências (portais/mapas), entre outros (SHERMAN, 1998).

Ao integrar os conhecimentos da administração pública com a importância das evidências na identificação das motivações dos homicídios, podemos compreender melhor o fenômeno do assassinato e identificar causas recorrentes, possibilitando intervenções estatais preventivas, em vez de reativas. Em exemplo, políticas públicas voltadas para aumento do nível educacional, envolvendo maior permanência dos estudantes nas escolas, demonstraram eficácia na prevenção primária e secundária (CUNHA, 2024). Programas de aprimoramento comportamental e do autocontrole até os dez anos foram avaliados como efetivos e com alta força de impacto social (PIQUERO; JENNINGS; FARRINGTON, 2010). Ainda, programas escolares de prevenção ao uso de álcool e outras drogas receberam a mesma classificação de eficiência e impacto (FOXCROFT; TSERTSVADZE; 2011).

Conforme amplo estudo de Kopittke (2023), uma grande revisão sistemática foi realizada e se tornou conhecida pelos resultados, sendo que 249 programas escolares de prevenção à violência foram analisados, contendo programas de pré-escola, das séries iniciais, bem como finais e do ensino médio. A metanálise revelou que esses programas, em média, conseguiram uma redução moderada nos níveis de violência. Intervenções focadas em estudantes com problemas de comportamento mostraram melhores resultados do que aquelas aplicadas a todos os estudantes. Programas universais foram mais eficazes para estudantes mais jovens e de baixa renda. A qualidade da implementação e a estrutura detalhada dos materiais foram os fatores mais influentes nos resultados.

Em primeiro lugar, este estudo destaca a importância de estabelecer critérios rigorosos para a categorização e análise de homicídios ocorridos no Brasil, tarefa que deve ser coordenada e sistematizada pelo Ministério da Justiça. Em segundo lugar, é essencial que estudos adicionais sejam conduzidos para definir e parametrizar essas categorias, garantindo que os dados gerados forneçam evidências robustas para análise e interpretação.

Outro aspecto a ser considerado, que este estudo permite destacar, é a necessidade de destinar recursos para a prevenção criminal em Araguaína-TO, incluindo campanhas de orientação em estabelecimentos comerciais e de incentivo ao não uso de drogas, as quais influenciam significativamente as taxas de homicídio (FOXCROFT; TSERTSVADZE; 2011). Embora as forças de segurança pública, como a Polícia Civil e a Polícia Federal, se concentrem na repressão, os dados gerados por suas investigações frequentemente não são analisados para produzir evidências, o que constitui, argumenta-se, um erro lógico.

A criminologia é a “ciência empírica (baseada na realidade) e interdisciplinar (que congrega ensinamentos de sociologia, psicologia, filosofia, medicina e direito) que possui como objeto de estudo o crime, o criminoso, a vítima e o comportamento social” (Hoffmann; Fontes,

2019, p. 28). Desta forma, a compreensão científica do fenômeno criminal possibilita a prevenção e repressão com eficiência, bem como, que diferentes modelos de resposta sejam valorados.

Entende-se como prevenção delitiva, as ações coordenadas que visam ao não-crime, que evitem a ocorrência dele de forma direta ou indireta. No campo criminológico, há uma estruturação científica que dividiu a prevenção criminal em três espécies: prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária. Assim, para a Criminologia, a prevenção possui como virtude, a observação de melhores soluções práticas e possíveis para o não surgimento do crime, ou, este vindo a ocorrer no plano real, para impedir que se avolume (GONZAGA, 2020)

Entende-se, pois, como prevenção primária, aquela direcionada à conscientização social, vinculadas à educação, saúde, moradia, emprego e lazer, tendo, assim, o escopo etiológico, ou seja, a causa e a origem.

Por sua vez, a prevenção secundária estaria ligada ao conjunto de ações dirigidas aos grupos da sociedade (não individualizado), envolvendo intervenções por meio de políticas legislativas (legiferante) e ações policiais (patrulhas, rondas, etc). Sustenta-se que, “apesar de ser a prevenção secundária a forma mais eficaz de eleger-se o político, ela demonstra que a sociedade perdeu a luta contra o crime, que nasceu nos grotões de pobreza exatamente pela falta de implementação de políticas públicas”. (GONZAGA, 2020, p. 1999).

Ainda, a prevenção terciária é voltada à população carcerária, consistindo em políticas de execução penal, tendo por princípio reintegração social do recluso, para evitar sua reincidência (BARATTA,1990; SÁ, 2015).

Percebe-se, pois, que a prevenção delitiva se encontra alinhada com as teorias criminológicas sociológicas, componentes essenciais da criminologia contemporânea, que consideram todo o contexto social que circunda o indivíduo infrator, reconhecendo que o comportamento delituoso resulta de uma pluralidade de fatores interconectados

Na correlação das espécies de prevenção com o controle social, Garcia-Pablos de Molina e Gomes (2002), afirmam que a estruturação de mais leis, criação de mais penas, mais policiais, mais juízes e julgados, significam, em contrapartida, mais presos, porém, não condiz, necessariamente, com menos delitos, pois “a eficaz prevenção do crime não depende tanto da maior efetividade do controle social formal, senão da melhor integração ou sincronização do controle social e informal” (2002, p. 105).

Diante do exposto, a presente análise é fundamentada no saber multidisciplinar, que considera a análise do fenômeno criminal em um território específico e a identificação de seus

indicadores motivacionais como extremamente relevantes para o estabelecimento e implementação de políticas públicas.

Tangerino, descreve que:

As ações intencionais de prevenção da criminalidade urbana encontram-se agrupadas em duas grandes categorias: as estatais e as patrocinadas pela sociedade civil. Quanto às estatais, merece atenção outra divisão, possível das mencionadas ações: as políticas de segurança pública e as políticas públicas de segurança. As primeiras correspondem àquelas ações vinculadas ao poder punitivo estatal ou ainda ao controle social formal: polícia, leis penais, política penitenciária, etc. As últimas correspondem àquelas ações que, embora públicas, não estão ligadas ao sistema da justiça criminal: educação, habitação, transporte público, intervenção urbanística, etc. (Tangerino, 2007, p. 108).

Assim, embora não seja o único fator, talvez o mais essencial para o direcionamento de recursos seja compreender o homicídio a partir das motivações do autor, a fim de inferir possíveis estratégias de intervenção.

Existe, por fim, um importante ponto de correlação a ser explorado. Estudos de inovação e empreendedorismo (ZHOU, ETZKOWITZ, 2017) destacam a análise das relações triádicas, consolidada no modelo institucional da "Tríplice Hélice," no qual universidade, indústria e governo atuam como motores da inovação. Esse regime de inovação adota uma postura proativa na aplicação e expansão do conhecimento acadêmico. A inclusão da universidade como terceiro pilar na produção e disseminação de novo conhecimento marca uma "grande transformação" da era atual, comparável à criação da dupla hélice governo-indústria no século XVIII. Esse modelo é crucial para promover um ambiente de inovação sustentável e competitivo, impulsionando o desenvolvimento econômico em níveis regional e nacional, com a universidade desempenhando um papel central como fonte de empreendedorismo, tecnologia e preservação cultural.

Analogicamente, podemos considerar que a produção científica, ou seja, a geração de evidências por parte dos pesquisadores (representando a universidade), as instituições de segurança pública (representando a indústria) e as políticas públicas (representando o governo) constituem uma "Tríplice Hélice" positiva, essencial para a inovação e modernização da segurança pública.

Em síntese, esta pesquisa avança no conhecimento sobre as motivações dos homicídios em Araguaína e sublinha a importância do uso de evidências científicas na formulação e implementação de políticas públicas de segurança.

4 FACÇÕES CRIMINOSAS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO EM ARAGUAÍNA: Uma Análise Georreferenciada

Em terceiro plano de ação investigativa, iniciamos a expansão da análise desta pesquisa com a utilização de tecnologia de georreferenciamento pela polícia judiciária para a verificação do processo de territorialização do espaço comum urbano, tendo como alvo as ações de pichações e grupos criminosos organizados na cidade de Araguaína.

Compreendendo a pichação como uma prática urbana multifacetada, exploramos algumas de suas diversas dimensões e significados no contexto social contemporâneo. Desde sua definição como a inscrição de pseudônimos, frases e desenhos em espaços públicos sem autorização, até suas conexões com identidade, territorialidade e criminalidade, a pichação emerge como um fenômeno complexo e intrigante que merece análise. Ao examinar as contribuições de diversos autores e pesquisadores sobre o tema, pretendemos lançar luz sobre as dinâmicas subjacentes à prática da pichação, sua relação com questões de poder e marginalização, bem como seus reflexos na configuração dos espaços urbanos e na formação de identidades. Este trabalho busca, portanto, oferecer uma visão abrangente e contextualizada da pichação, territorialização e facções criminosas, contribuindo para um entendimento mais completo e informado desse fenômeno cultural e socialmente significativo.

4.1 Pichação, territorialização e facções criminosas

No tocante a definição, temos que a pichação consiste na prática urbana de inscrição de pseudônimos, frases e desenhos em edifícios, muros, padrões, ou outros espaços públicos, realizados, geralmente, sem autorização. (CHALLOUB, 2011). Ela tem a característica de sua rapidez de execução, tendo como meio de produção a tinta spray monocromático, e se consubstancia pela presença de pseudônimos, símbolos e letras estilizadas” (SPINELLI, 2007).

Maffesoli (1993) diz que a linguagem das pichações “serve de senha, de signo de reconhecimento, e permite fora dos limites do seu território (bairro, escola, relações amigáveis) de se agregar a grupos que compartilham o mesmo ‘estilo tipo’”. A natureza subversiva da pichação é ressaltada por Souza (2007) destacando espontaneidade, efemeridade e gratuidade. Além disso, enfatiza a utilização de letras e formas diversificadas na prática, que podem carregar diferentes significados e que, ao longo do tempo, a atividade de pichar muros se consolidou como uma forma de comunicação e expressão em diversos locais, contextos e com variados propósitos.

Tem-se que o processo de apropriação do espaço por meio de um processo que, através de práticas sociais, dão significados e o transforma em território, se define como territorialização (SANTOS, 1997). A territorialização também é vista como uma construção, tanto física quanto simbólica (HERZFELD, 2000, p.48), de afirmação, defesa e redefinição de territórios (SOKA, 1989, p.138).

Unindo as definições e relacionando-as, temos que "as pichações podem ser interpretadas como uma forma de territorialização simbólica pelos jovens, que marcam seu espaço na cidade e expressam sua identidade e suas reivindicações." (ARAÚJO, 2000, p. 120). Ainda, "podem ser vistas como uma forma de territorialização simbólica que contesta o poder do Estado e das elites, reivindicando o direito à cidade por parte dos grupos marginalizados." (CORRÊA, 2015, p. 300).

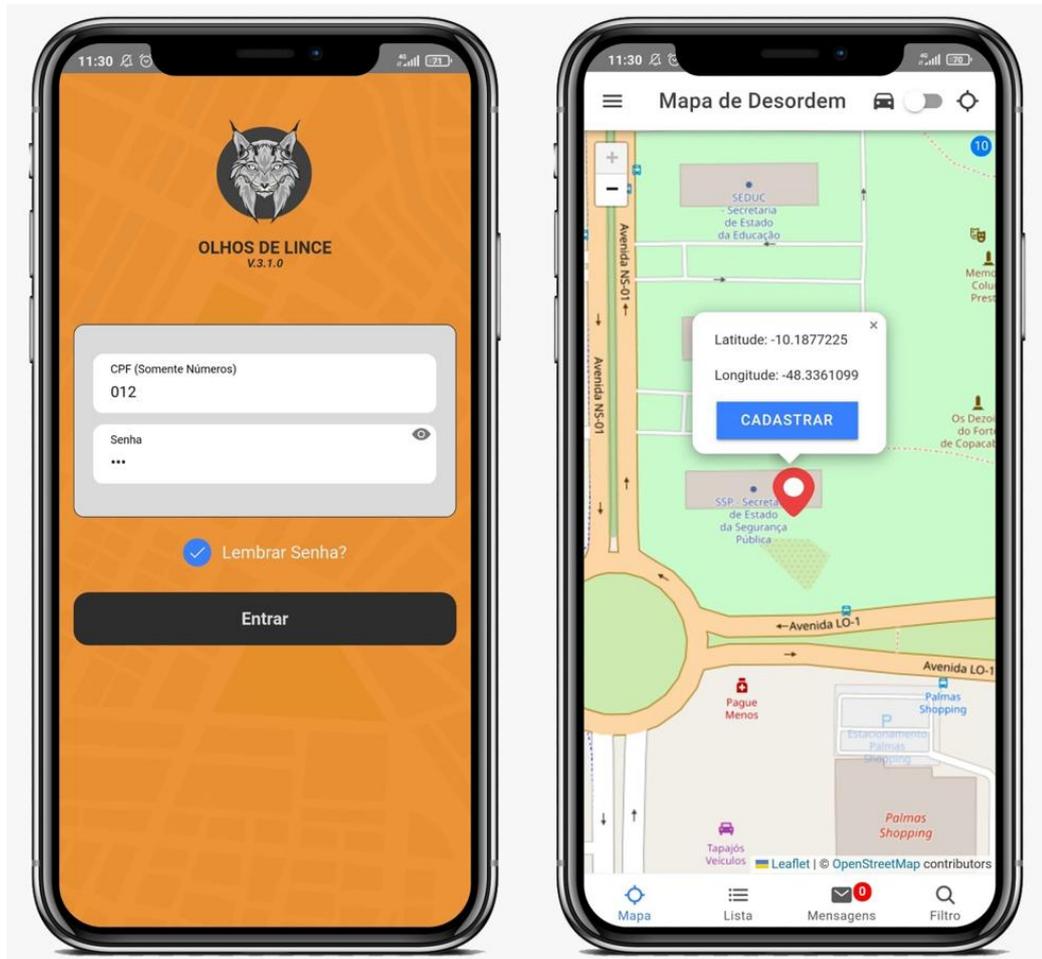
Em proposta de conceituação, Shimizu (2011) definiu fações criminosas como sendo grupos de pessoas vinculadas por relações de solidariedade e gregarismo, originários dos presídios brasileiros e que foram fundados sob a bandeira da tutela dos interesses da comunidade carcerária, tendo a prática de atos criminosos, dentro e fora dos presídios, como um de seus modos de atuação.

4.2 Levantamento e tratamento de dados (metodologia)

O aplicativo "Lince" foi desenvolvido com o objetivo de auxiliar os policiais da Secretaria da Segurança Pública do Tocantins (SSP-TO) em suas atividades de inteligência, fornecendo acesso eficiente e seguro a informações relevantes para o trabalho policial. A aplicação detém funcionalidades que incluem acesso a dados geolocalizados, dados de criminosos, informações de inteligência e desordens públicas, todas disponibilizadas em um ambiente digital. O uso da aplicação é restrito a policiais da SSP-TO devidamente cadastrados e autorizados pela Secretaria de Segurança Integrada (SSI).

O acesso ao aplicativo Lince é realizado por meio de autenticação biométrica ou senha, garantindo a segurança das informações confidenciais. O cadastro de usuários é vinculativo à atividade de inteligência e mediante solicitação formal.

Figura 11 – Interface do aplicativo Lince

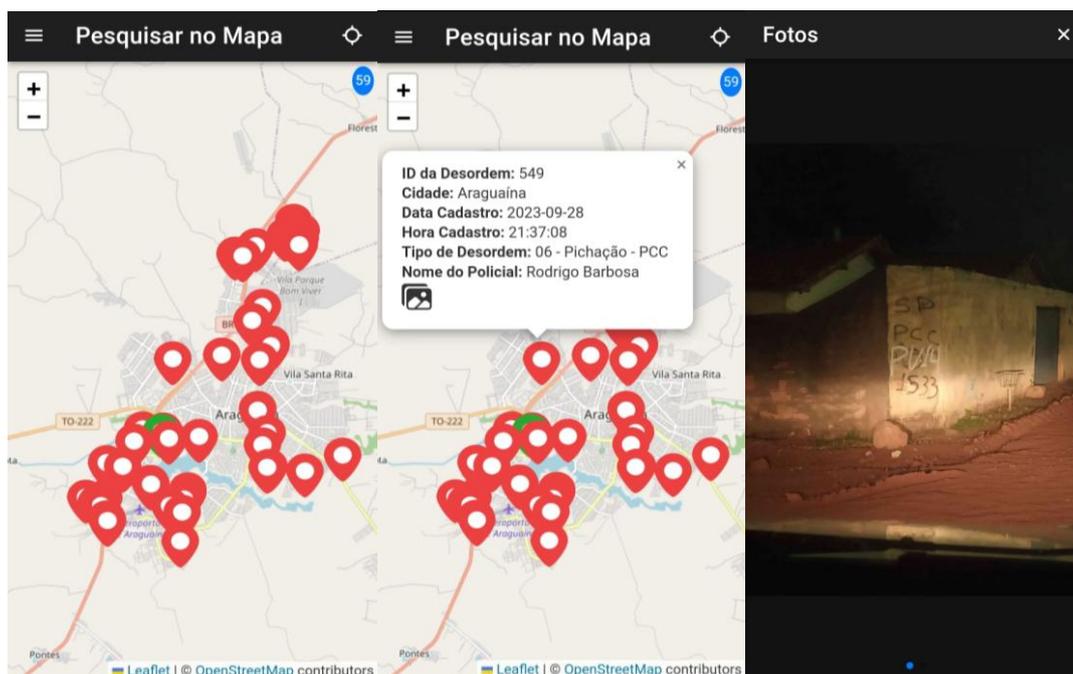


Fonte: Lince

O plano metodológico de coleta de dados consistiu no ato de sondagem, no qual o agente de inteligência percorreu todos os bairros urbanos da cidade de Araguaína e, ao encontrar alguma pichação referente às facções criminosas em atuação na cidade, este agente realiza a marcação georreferenciada do local da inscrição, a vincula ou não à determinada facção e adiciona a fotografia da pichação, tudo no ambiente da aplicação Lince.

Neste ponto, esclarecemos que os cadastradores que realizaram a captura e tomaram a decisão digital de vinculação da imagem da pichação à determinada facção foram agentes policiais com treinamento em atividades de inteligência e com experiência consolidada na atividade de investigação. Como exemplo, o símbolo *yin-yang*, de origem japonesa, encontrado durante a coleta, ao agente policial treinado e experiente, é possível rapidamente remeter e vincula-lo ao Primeiro Comando da Capital, grupo que constantemente utiliza essa simbologia em suas comunicações.

Figura 12 – Modelo de plotagem do Sistema Lince



Fonte: Lince

Conforme Figura 12, temos em primeiro plano a extração de imagem contendo exemplo de marcação georreferenciada dos pontos de pichações; em segundo plano, aleatoriamente, apontamos uma das plotagens, contendo dados cadastrados; e, por fim, em terceiro plano, temos a imagem fotográfica contendo a pichação cadastrada. Desta forma, toda a metodologia de coleta e guarda dos dados é assegurada por uma cadeia de caminhos auditáveis.

4.3 Das discussões

A fase de coleta de dados opera-se desde setembro de 2023 até 22/07/2025, sendo coletados mais de mil pontos devidamente georreferenciados e fotografados de pichações vinculativas às facções criminosas em atuação em Araguaína: Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital.

Pretende-se, após a fase de coleta, providenciamos o tratamento dos dados, exportando os dados de geolocalização para uso na criação de *layers*⁴, necessários para extração de

⁴ Layers funcionam como folhas transparentes empilhadas, onde cada uma contém elementos diferentes. Isso permite editar e manipular cada elemento separadamente, sem afetar os outros. Por exemplo, em uma imagem, você pode ter uma camada para o fundo, outra para o objeto principal e outra para o texto, permitindo que você ajuste cada um individualmente.

significados dos dados. Assim, além do aplicativo Lince, utilizaremos a aplicação Google Maps e o software QGis.

Atualmente, a Secretaria de Segurança Pública já cria mapas de calor vinculadas a ocorrências de crimes, mas não existe nenhuma análise entre mapas de calor de crimes graves vinculados a locais de domínio territorial por facções criminosas. Ademais, locais de prática de homicídios poderão ser contextualizados com os achados da presente pesquisa, sendo promissores os resultados advindos deste levantamento qualitativo de natureza aplicada.

Em suma, a pesquisa não apenas valida a utilização da tecnologia de georreferenciamento na identificação dos processos de territorialização das organizações criminosas no ambiente urbano, mas também oferece um panorama abrangente da dinâmica entre facções, violência e a vida dos cidadãos em Araguaína, fornecendo subsídios cruciais para a formulação de políticas públicas de segurança e prevenção criminal mais eficazes e focadas em evidências.

Este resumo foca na utilização da tecnologia de georreferenciamento pela polícia judiciária para verificar a territorialização do espaço urbano através de pichações de grupos criminosos. As pichações são interpretadas como uma forma de territorialização simbólica, afirmando a identidade e reivindicações dos jovens e contestando o poder estatal. A coleta de dados georreferenciados de pichações de CV e PCC visa contextualizar locais de crimes violentos com áreas de domínio territorial.

Diante do exposto, verifica-se que a presente iniciativa contém fundamentos doutrinários e pode contribuir de maneira eficaz nas práticas investigativas deste fenômeno criminal nacional, tal seja, a expansão territorial das organizações criminosas.

5 DA COLETA DE DADOS: ENTREVISTAS COM ADOLESCENTES

Realizamos a proposição da presente pesquisa junto ao Conselho de Ética em Pesquisa, CAAE: 83018124.1.0000.5519, sendo que submetemos à análise o projeto de pesquisa, folha de rosto, termo de compromisso, roteiro de entrevista, TCLE, TALE, autorização e carta. Em 04/02/2025, adveio a aprovação no Parecer Consubstanciado do CEP de número 7.357.207.

Em sequência, providenciamos uma reunião de coordenação para execução da pesquisa com o diretor da Unidade de Semiliberdade de Araguaína, senhor Davi Almeida Borba, o qual ampliou o diálogo com a equipe técnica multidisciplinar da unidade dando conhecimento da pesquisa proposta e das necessidades para execução da coleta de dados no interior da unidade.

A equipe multidisciplinar foi amplamente atuante e realizou, de forma individualizada, uma pré-entrevista de orientação sobre a pesquisa e sua possibilidade ou não de participar, bem como, entrou em contato com os pais ou responsáveis pelos adolescentes. Ao fim, aqueles que se prontificaram a participar, caminharam para a formalização de coletas de assinaturas dos TALE's e TCLE's.

Diligenciamos junto à Unidade de Semi Liberdade de Araguaína, situada na Rua 2, s/n, no bairro Residencial Patrocínio, sendo que as visitas foram realizadas nas datas de 25/03, 08/05 e 21/05. A equipe multidisciplinar da unidade disponibilizou uma sala em todas as oportunidades que tivemos no local para a coleta de dados.

Até a presente data, 22/07/2025, foram entrevistados 4 (quatro) adolescentes dentro do recorte proposto. Tendo em vista a característica de rotatividade e alta taxa de evasão, algumas dificuldades intercorrentes da própria unidade, ainda não permitiram uma coleta maior de dados.

Para fins de utilização da metodologia de análise de conteúdo, respeitando a anonimização dos dados, trataremos os adolescentes por símbolos alfanuméricos, tais sejam: A1, A2, A3 e A4.

As entrevistas seguiram o método da entrevista investigativa, o qual encontra-se em consonância com os Princípios Méndez, os quais foram elaborados em um documento produzido por especialistas da Psicologia e do Direito de diferentes países. O documento intitulado em Princípios sobre Entrevistas Eficazes para Investigação e Coleta de Informações (MENDEZ; e outros, 2021), são um conjunto de diretrizes baseadas em evidências científicas, jurídicas e éticas, que visam orientar as autoridades públicas na obtenção de informações confiáveis e respeitosas dos direitos humanos de todas as pessoas, especialmente crianças, adolescentes e mulheres, em situações de desastres ou crises humanitárias.

As entrevistas foram coletadas pelo mesmo pesquisador, utilizando tempo similares e conteúdo aproximados, tendo em vista a aplicação de entrevista semi-estruturada, sendo especializado na técnica de condução de entrevista acima aventada.

5.1 Análise de Conteúdo das Entrevistas com Adolescentes (Metodologia de Bardin)

A análise qualitativa das entrevistas semiestruturadas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade em Araguaína/TO foi realizada utilizando a metodologia da análise de conteúdo de Laurence Bardin, onde se permitiu classificar indicadores lexicais, elementos estilísticos e estruturas do discurso/narrativa para compreender a percepção desses jovens. Foram entrevistados quatro adolescentes: A1, A2, A3 e A4, cujas falas foram transcritas e analisadas para identificar tanto elementos comuns quanto distinções em suas percepções sobre o espaço urbano impactado pelas facções.

A jornada metodológica desta pesquisa foi estruturada em etapas sequenciais para garantir o rigor científico e a transparência na análise, conforme a metodologia de análise de conteúdo categorial. O processo iniciou-se com a elaboração de um Livro de Códigos (LdC), que funciona como um manual detalhado, descrevendo as categorias e seus respectivos códigos, juntamente com as regras explícitas para sua aplicação. Este LdC, contém definições claras e exemplos para evitar ambiguidades, sendo materializado em um Formulário de Codificação (FdC), servindo como base para a padronização do processo. Procedeu-se à sua aplicação através da codificação. Esta etapa envolveu a transformação sistemática dos dados brutos em unidades classificáveis, aplicando os códigos às narrativas para organizar e agrupar os dados, consolidando o sentido e gerando explicações. Finalmente, a fase de análise dos resultados foi conduzida após a conclusão da codificação, os dados foram tabulados visando futuramente, com o avanço da pesquisa, chegarmos em procedimentos estatísticos aplicados para interpretar e reportar as inferências sobre os significados, intenções, consequências ou contextos do fenômeno estudado, contribuindo para a validação externa e a replicabilidade do estudo.

A análise de conteúdo categorial abrangente das entrevistas com os adolescentes A1, A2, A3 e A4, fundamentada na metodologia proposta por Bardin (1977, 2016) permite a identificação sistemática de elementos comuns e distintos em suas narrativas. Este processo visa transformar dados textuais em categorias analíticas para a produção de inferências válidas. A unidade de análise para esta etapa exploratória é a totalidade da narrativa de cada entrevistado, buscando apreender os significados e contextos subjacentes às suas experiências.

5.1.1 Identificação de Elementos Comuns Presentes nas Entrevistas

A partir da leitura e categorização das falas dos adolescentes, surgiram padrões e temas recorrentes que demonstram o impacto generalizado das facções na percepção do espaço urbano. A análise das entrevistas dos quatro adolescentes revela padrões comportamentais e percepções que se repetem, indicando fenômenos sociais generalizados no contexto de Araguaína.

A. Residência em áreas periféricas e/ou socialmente vulneráveis: Todos os adolescentes residem ou residiram em setores que, embora com nomes distintos, são implicados como áreas de menor poder aquisitivo, beneficiárias de programas habitacionais governamentais, ou marcadas pela territorialização de grupos criminosos, sugerindo uma concentração em zonas socialmente vulneráveis da cidade.

A1: Menciona o "setor Costa Esmeralda" e ter ganhado uma casa via programa do governo.

A2: Reside no "Parque Bom Viver, próximo ao Setor Barros".

A3: Mora no "Araguaína Sul", em casa de aluguel, com avós morando em frente.

A4: Reside no "Setor Universitário, perto da Via Norte".

Embora o próprio entrevistado A4 tenha descrito como um "setor bom" - entendido como um espaço relativamente seguro e sem envolvimento permanente com a violência -, sua narrativa subsequente, ao relatar a divisão territorial promovida por facções criminosas - na região em que reside -, insere esse território, em uma lógica de vulnerabilidade estrutural, similar àquela vivenciada em outros contextos investigados. Essa homogeneidade na localização residencial e na exposição a dinâmicas de territorialização e controle extralegal do espaço urbano por organizações criminosas reforça a pertinência analítica e empírica do estudo sobre a influência de tais grupos em áreas específicas.

Essa situação encontra respaldo em estudos que discutem a dinâmica de controle territorial por grupos armados em áreas urbanas periféricas. Segundo Zaluar (2004), a vulnerabilidade de certos territórios à violência armada não decorre apenas da ocorrência de crimes, mas de uma lógica de uma governança paralela, na qual facções impõem regras, restringem a circulação e controlam práticas sociais cotidianas. Essa territorialização cria um campo simbólico (Pierre Bourdieu) de medo e autoridade, mesmo em regiões onde a violência armada não seja frequente.

Também, Manso e Dias (2018) analisam como as milícias e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro organizam a cidade a partir de zonas de influência, gerando uma homogeneização da vulnerabilidade urbana, mesmo em bairros considerados “mais tranquilos”, ou como disse o entrevistado, setor bom. Nesses contextos, os moradores tendem a relativizar a violência, mas reconhecem implicitamente os limites de circulação e as imposições invisíveis do poder armado local. Dessas análises podemos inferir que a percepção individual de segurança pode coexistir com estruturas objetivas de controle e vulnerabilidade, como demonstrado no relato do entrevistado.

B. Envolvimento precoce com o mundo do crime e/ou consumo de drogas: A maioria dos entrevistados relata um histórico de uso de drogas (maconha, cocaína, loló, bala) e/ou envolvimento em crimes, principalmente roubos, muitas vezes para sustentar o vício ou para obter dinheiro para consumo pessoal. Isso destaca a complexa rede de fatores que levam ao envolvimento com o crime, além da simples afiliação a facções. Há uma convergência significativa no relato de envolvimento com atividades ilícitas e, para a maioria, o uso de substâncias psicoativas.

A1: Relata ter começado a "fumar maconha" em praças desde os 10 anos de idade e ter cometido roubos para sustentar o vício em maconha e cocaína.

A2: Menciona o consumo de maconha com amigos e a prática de roubos ("157") para comprar cocaína.

A3: Afirma ter usado "só maconha" e ter cometido "uns sete" assaltos, inclusive roubando motos para vender em outras cidades.

A4: Foi apreendido por "157" (roubo) e relata ter cometido dois roubos (celular e moto). Embora não mencione o consumo de drogas como motivação para o crime, seu envolvimento com roubo desde os 17 anos (idade da apreensão) é consistente com a precocidade do envolvimento criminal dos demais. A presença manifesta desses elementos nas quatro entrevistas ressalta a importância de abordar as motivações e o contexto do envolvimento juvenil com a criminalidade, um dos objetivos da pesquisa.

Este tópico encontra guarita em estudos que analisam a correlação entre o uso de drogas e crimes patrimoniais (TORRES, LOPES, FIORINI, PEREIRA; 2023), verificando elementos que relacionam os usuários de drogas às práticas de crimes de furto e roubo. Segundo Zaluar (2019), existem diversos estudos farmacológicos e sociológicos realizados desde a década de 1970 que estudam o nexo entre droga, violência e crime organizado.

C. Percepção de medo e restrição da liberdade de locomoção devido a facções: um dos temas mais proeminentes é o medo de frequentar "quebradas" ou bairros dominados por

facções rivais. Esse receio impõe uma forte restrição na mobilidade cotidiana, com impactos diretos na frequência escolar, no lazer e nas relações de sociabilidade. A delimitação informal de áreas consideradas perigosas atua como uma espécie de barreira simbólica, que não está registrada nos mapas oficiais, mas que é vivida intensamente pelos sujeitos que habitam a cidade.

Essa fragmentação do espaço urbano, produzida a partir da ação de grupos armados e da ausência do Estado, reforça o caráter seletivo do território, como discutido Santos (1997), para quem o espaço é socialmente produzido, disputado e apropriado por agentes com poderes desiguais. Assim, o espaço urbano deixa de ser um bem coletivo para tornar-se um conjunto de áreas controladas, onde a circulação depende da origem territorial e das redes de pertencimento dos indivíduos. Do ponto de vista das experiências individuais, o medo modifica a forma como os adolescentes vivenciam e percebem o território. O espaço não é apenas físico ou mensurável: ele é atravessado por afetos, memórias e tensões (Lefebvre, 1991). Nessa lógica, os territórios dominados por facções são interpretados pelos jovens como espaços de risco, cuja simples presença pode representar ameaça. Trata-se, portanto, de uma experiência urbana marcada pela restrição simbólica e emocional, que redefine as práticas cotidianas e limita o direito à cidade.

A1: Por exemplo, expressa medo de ir à "Cachoeirinha" devido à presença de "pessoa má influência" e risco de ser morto. Ele deixou de frequentar a praça no Costa Esmeralda e a "cachoeirinha" por medo e presença de "má influência" e facções, tendo presenciado um crime no local. Além disso, relata que a praça que frequentava no Setor Costa Esmeralda já não é mais um lugar para famílias, transformando-se em um espaço onde pessoas "querem oprimir os outros", com presença de usuários de drogas e faccionados, levando-o a preferir ficar em casa.

A2: Revela que teme entrar em áreas de outras facções, especialmente do Comando Vermelho, e que evita tocar em assuntos de facção para não ser identificado e atacado. Ele expressa explicitamente o medo de ir para bairros dominados pela facção rival (CV) e de ser alvo de ataques por ser associado ao PCC.

A3: Afirma com certeza que, se for a bairros como Costa Esmeralda ou Barros (dominados por PCC, enquanto ele se associa ao CV), "alguma guerra vai ter". Embora negue "medo" diretamente, admite não frequentar bairros dominados por facções rivais (PCC), como Lago e Ana Maria. Ele reconhece que seu próprio bairro (Araguaína Sul) é dominado pelo Comando Vermelho.

A4: Relata medo de ser "quebrado" (morto) por membros do CV se frequentar bairros como Araguaína Sul, Céu Azul, Presidente Lula ou Maracanã, devido à sua associação com

amigos do PCC. Ele vive na "divisa" entre territórios de PCC e CV e explicitamente declara "eu não vou [para o setor do CV], porque eu tenho medo, como eu acho como eu aso com os caras do PCC, eu tenho medo de, sei lá, que me quebrar" (ser morto). Isso demonstra uma clara restrição territorial imposta pelo medo de conflitos entre facções. Essa restrição de mobilidade é acompanhada por uma alteração da percepção e uso dos espaços públicos, onde locais que deveriam ser de lazer e convívio se tornam ambientes de perigo. Os adolescentes também demonstram um limitado uso dos "cartões postais" da cidade, como o shopping, a Via Lago ou o Parque Simba, indicando que esses espaços não fazem parte de suas rotinas de lazer de forma significativa ou que são evitados. Complementarmente, todos os adolescentes demonstraram ter clareza sobre as facções que dominam seus bairros ou bairros vizinhos. Há uma percepção de que a entrada em território rival implica risco iminente de violência. A análise do resumo expandido sobre pichações como forma de territorialização simbólica valida essa percepção dos adolescentes sobre a demarcação de poder no espaço urbano. Essa categoria corrobora a hipótese central do projeto de pesquisa, que questiona se os adolescentes são impedidos de ir e vir em alguns bairros da cidade devido à ação de organizações criminosas.

D. Desejo de reestruturação de vida e afastamento do contexto criminal pós-apreensão: Um elemento transversal às narrativas é o desejo de mudança, de se afastar do ambiente criminal e de redefinir suas rotinas e perspectivas futuras. Apesar do histórico de envolvimento com o crime, todos os adolescentes expressam um desejo de mudar de vida.

A1: Por exemplo, fala em conseguir um trabalho ("Jovem Aprendiz"), cuidar da filha e mudar sua rotina, descrevendo sua rotina atual como "totalmente diferente" e "bem melhor", focando na família.

A2: Quer trabalhar e sustentar sua parceira, expressando a intenção de "arrumar um serviço" e sair da "vida que eu tava".

A3: Planeja terminar seu curso de barbeiro e "seguir minha vida de boa".

A4: Deseja trabalhar e continuar estudando. Embora não detalhe planos profissionais ou educacionais, sua fala "Pego a mulher e fico com a mulher" e a percepção de que o local da semi-liberdade é "tranquilo", sugere um desejo de viver uma vida mais "de boa", afastada do conflito e da criminalidade. Isso demonstra a capacidade de resiliência e a busca por oportunidades fora do contexto criminal. Essa busca por uma "vida nova" é uma categoria que se manifesta de forma consistente, indicando um processo de reflexão e ressocialização que a medida socioeducativa de semiliberdade busca promover.

Esse elemento também foi alvo de estudos, verificando a desistência do crime, ou seja, conceito criminológico que identifica a mudança comportamental criminal e sua relação com o

fator etário. Segundo Rolim (2018) haveria uma idade de pico entre os jovens na prática de atos disruptivos, sendo que família, escola e vínculos fortes no mundo adulto (casamento, nascimento de filhos, emprego estável) geram a perspectiva do curso de vida, a qual deve ser perseguida por políticas públicas para estimular a desistência criminal.

5.1.2 Identificação de Elementos Distintos Presentes nas Entrevistas

Apesar das semelhanças, cada entrevista traz particularidades que enriquecem a compreensão individual e contextual do fenômeno.

A. Nível e natureza do envolvimento com facções: Embora todos reconheçam a presença de facções, o grau de afiliação e a forma de interação diferem.

A1: Não se declara "faccionado", mas reconhece a forte presença do PCC em seu bairro após uma "guerra". Ele possui uma tatuagem de Yin-Yang, que ele diz não ter sido feita "por causa de facção", mas que ele sabe que "tem um significado bem mau" (referindo-se ao PCC). Não faz pichações.

A2: Afirma "não sou nem faccionado", mas "tenho que correr junto com os PCC" por necessidade de sobrevivência territorial. Descreve o contato inicial com facções através de observação de "ligações", "sinal" e "gírias". Possui o apelido "Magnata".

A3: Declara abertamente "eu corro junto" com o Comando Vermelho (CV) em seu bairro, o que sugere uma afiliação mais explícita. Não tem tatuagens ou apelido relacionado à facção.

A4: Reside na "divisa" entre áreas de PCC e CV. Ele "anda com os caras do PCC" e por isso evita áreas do CV, sugerindo uma associação social ou de conveniência, mas não uma declaração formal de afiliação. Ele possui tatuagens, mas nenhuma é explicitamente vinculada a facção, e ele não menciona apelidos de facção. A dinâmica de "divisa" e a necessidade de evitar confrontos por associação indireta são particularmente evidentes em sua fala, sendo um ponto de distinção na sua forma de relação com as facções.

B. Detalhes do histórico criminal e origem da apreensão: As circunstâncias que levaram à apreensão inicial e o histórico de reincidência apresentam variações.

A1: Sua apreensão foi ligada a um incidente com sua namorada, que estava grávida na época, e ele cumpriu um ano em outra unidade prisional (Palmas). Ele relata roubos para sustentar o vício.

A2: Foi apreendido por "157" (roubo) no ano anterior à entrevista, após a prática de assaltos para sustentar o vício em cocaína. Passou cerca de quatro meses em Palmas.

A3: Sua apreensão foi resultado de "escolhas" não especificadas, e ele estima ter cometido "uns sete" assaltos anteriormente. Não há menção de ter cumprido pena em outra localidade antes da semiliberdade atual.

A4: Foi apreendido por "157" (roubo) no ano anterior à entrevista. Ele detalha apenas dois incidentes de roubo, um número notavelmente menor de crimes relatados em comparação com A3 e A1. Além disso, ele não relaciona seus crimes ao uso de drogas, o que o distingue dos outros três, que vinculam diretamente a atividade criminosa ao consumo de substâncias. Ele foi transferido para Palmas e depois retornou para a unidade de semiliberdade em Araguaína.

C. Percepção e uso dos espaços de lazer no passado e presente: As atividades de lazer antes da apreensão e as mudanças após ela variam, refletindo diferentes interações com o espaço urbano.

A1: Sua rotina era marcada por "fumar maconha" na praça do Costa Esmeralda e "pegar beira de caminhão". Atualmente, evita a praça e foca na família.

A2: Teve uma experiência mais formalizada com lazer, frequentando uma "escola de futebol" por cerca de dois anos.

A3: Antes, ficava mais em casa, "jogando bola, andando de bicicleta, de moto" no bairro, Via Lago e Parque Simba. Ele já foi ao shopping novo da cidade.

A4: Costumava "sair com uns amigos, beber, né? Pra festa", e também participava de "pegar beira de caminhão", similar a A1. Atualmente, afirma que "fico mais em casa". Diferentemente de A3, ele nunca foi ao shopping novo da cidade, apesar de ter familiares em um bairro dominado por facção rival (Costa Esmeralda - PCC) que ele visita "tranquilo", o que sugere que a restrição de mobilidade é mais situacional do que absoluta para ele, focada em áreas de confronto direto.

D. Aspectos familiares e planos relacionais futuros: Embora a família seja um pilar para todos, os detalhes dos arranjos familiares e dos planos relacionais futuros apresentam variações.

A1: Mora com a irmã e o padrasto. Mantém relacionamento com a mãe de sua filha de sete meses (a mesma pessoa envolvida em sua apreensão).

A2: Mora com os avós desde que nasceu. Menciona ter uma namorada de 20 anos, maior de idade e com filhos (não são seus filhos).

A3: Mora com a mãe, padrasto e seis irmãos menores. A mãe está desempregada. Não há menção de namorada ou filhos em sua entrevista.

A4: Mora com ambos os pais e uma irmã. Seus pais são ambos trabalhadores, com o pai fazendo entregas de caminhão e a mãe vendendo perfumes. Essa estrutura familiar aparentemente mais estável e presente, com ambos os pais trabalhando e residindo com ele, é um elemento distinto em comparação com os arranjos familiares dos outros adolescentes. Ele tem uma namorada, mas não menciona filhos ou planos matrimoniais, focando em "pegar a mulher e ficar com a mulher" após a semiliberdade.

Durante a pesquisa, um ponto de interesse às dinâmicas interações entre as facções criminosas surgiu durante as visitas deste entrevistador na Unidade de Semiliberdade, uma vez que, em determinada data, duas entrevistas foram efetivadas, sendo a primeira de um adolescente declarado simpatizante da facção criminosa Primeiro Comando da Capital e, a segunda, de um adolescente declarado simpatizante da facção criminosa Comando Vermelho. Durante o transcorrer das entrevistas, ambos mencionaram o medo e a restrição de liberdade de locomoção entre os setores da cidade, estes atrelados ao fato de entenderem que podem ser alvo de ataques violentos de integrantes da facção rival. Apesar desta verbalização, ao final das entrevistas, em um espaço comum interno da Unidade, ambos, junto de outros dois adolescentes, passaram a jogar futebol, treinando embaixadinhas e troca de passes aéreos.

A perspectiva de mudança de ânimo, seja de agressão ou de medo, deu lugar a um ambiente de confraternização pela educação física que praticavam. Aos olhos do pesquisador, esse evento foi um marco, por alguns minutos não havia guerra, as facções haviam deixado as bandeiras sem serem hasteadas, as armas e insultos foram esquecidos, o sangue que poderia escorrer depois de um disparo de arma de fogo passou a correr ferozmente nas veias dos atletas que tinham a meta de não deixar a bola cair ao chão. Os atletas se identificaram com o esporte, respeitaram a lei maior de não deixar a bola cair ao chão, foram obedientes e respeitosos, cobrando um do outro o respeito à lei maior. Havia esperança.

Sobrou, ainda, a lição ao pesquisador de que se deve respeito à ciência e à pesquisa científica, e à lei maior de não deixar a bola cair, de que o mundo pode ser modificado em busca do bem comum.

6 CONCLUSÕES

A presente pesquisa permitiu compreender de forma mais profunda e articulada os efeitos da territorialização promovida por facções criminosas sobre o espaço urbano da cidade de Araguaína e, em especial, sobre a vivência de adolescentes em cumprimento de medidas de semiliberdade. Partindo de uma abordagem interdisciplinar, o estudo integrou contribuições da Geografia, do Direito e das Ciências Sociais para analisar os impactos da violência urbana sobre o direito à cidade e a mobilidade desses sujeitos juvenis, muitas vezes invisibilizados nas políticas públicas.

Ao longo das etapas investigativas, foi possível evidenciar que a rebelião ocorrida na Unidade Prisional Barra da Grota, em 2009, representou um ponto de inflexão no histórico de violência de Araguaína. A partir desse evento, consolidou-se um ciclo de crescimento da influência de facções criminosas, que passaram a operar tanto no interior das unidades penais quanto nas dinâmicas sociais e territoriais da cidade. Esse processo, alimentado por práticas de coerção simbólica e demarcação de território — como o uso de pichações e a imposição de rotas de circulação — afetou diretamente a percepção e o comportamento dos adolescentes entrevistados, que relataram medo, restrições de deslocamento e limitações no uso do espaço público.

Além disso, os dados empíricos sobre os homicídios ocorridos entre 2018 e 2023 demonstram uma complexidade nas motivações desses crimes, revelando que, embora as facções tenham presença significativa, outras causas como brigas, discussões e vinganças privadas são ainda mais recorrentes. A categorização proposta pela pesquisa contribui para o aprimoramento dos sistemas de registro e análise das causas de homicídios, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, e não apenas em percepções generalizantes.

A análise dos processos judiciais evidenciou, ainda, um impacto tardio da atuação das facções nas decisões judiciais. Apesar do aumento expressivo dos homicídios, as taxas de processos encaminhados ao júri popular permaneceram relativamente constantes entre 2014 e 2017, sugerindo limitações históricas nos mecanismos de repressão criminal. Esse ponto exige aprofundamento em futuros estudos.

Com o grande acervo de dados já angariados nesta pesquisa, conseguimos nos fazer presente junto ao sistema socioeducativo do Estado do Tocantins, sendo que, participamos do processo de mudança da sede da unidade da semiliberdade na cidade de Araguaína.

Já existia a demanda operacional junto ao sistema socioeducativa para troca de sede da unidade, sendo que, diante do material produzido, referendamos localidades neutras dentro do contexto da criminalidade organizada para fins de inteligência de governo, no intuito de instalação da nova sede em bairro com menor incidência de beligerância de faccionados.

Documentamos o envio de informações através do Ofício 219/2025/2ªDHPP, o qual foi devidamente enviado ao diretor da unidade e tramitado aos órgãos superiores daquela instituição. A nova sede foi estabelecida na Avenida Campos Elísios, n.º 854, Setor Itapuã, Araguaína/TO, operando neste endereço desde 10/06/2025.

Os achados desta pesquisa são cruciais para a formulação de políticas públicas mais eficazes. É fundamental que as medidas socioeducativas considerem a percepção dos adolescentes sobre as territorialidades criminosas, garantindo sua segurança e liberdade de locomoção. Iniciativas que promovam espaços públicos seguros e inclusivos, oferecendo alternativas de lazer e formação profissional, podem mitigar a influência das facções e fornecer caminhos para que esses jovens reconstruam suas vidas fora do contexto da criminalidade.

A partir dessas constatações, propões, como desdobramentos práticos da pesquisa, a criação de um protocolo de monitoramento permanente da atuação de facções sobre adolescentes em medida socioeducativa, com diretrizes de acolhimento e proteção territorial, com políticas de visitas domiciliares e acompanhamento ativo.

A sistematização de um modelo de categorização das motivações de homicídios que pode ser adotado nacionalmente pelas Secretarias de Segurança Pública e órgãos de justiça criminal também é um dos desdobramentos da pesquisa, sendo que, este pesquisador passou a integrar o Comitê Nacional de Chefes de Divisão de Homicídios do Brasil, organizado pelo Ministério da Justiça, sendo que a pauta ganhou contornos nacionais e tem sido amplamente discutida e debatida para a formalização de um indicador único nacional.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Caroline Gomes. **A motivação torpe nos crimes relacionados ao tráfico de drogas** em Porto Alegre/RS. Porto Alegre, 2018. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/KZ038>> Acesso em 04 mai. 2024.
- ARAGUAÍNA. Prefeitura Municipal. **Turismo Araguaína**. Araguaína (TO), 2023. Disponível em: < <https://abrir.link/hSIsK>> Acesso em: 25 mar. 2024.
- BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado**, 1–9. 1990. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13248-13249-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 de set. de 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBOSA, César. **As Facções Criminosas do RN: sangue e morte em Alcaçuz**. Natal: Offset, 2019.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 15. ed., rev., ampl., atual. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BORGES, William Antonio; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; GOMES, Thais Ribeiro; SILVA, Fabio Marques da. O processo de Territorialização a partir de uma política pública: O caso dos moradores contemplados pelo PMCMV no Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no distrito de Florianópolis-PR. IV - **Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre: 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Caderno Temático de Referência: investigação criminal de homicídios**. Brasília (DF), 2014.
- BRETAS, Valéria. Araguaína é a única cidade do Tocantins a estar em ranking das 100 mais violentas do Brasil. **Gazeta do Serrado**. Palmas: 15 jun. 2018. Disponível em: < <https://n9.cl/8ftd5> >. Acesso em: 15 jun. 2023.
- CHALHOUB, SIDNEY. **Cidade pixada: arte urbana e transgressão em São Paulo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Motivação dos crimes de homicídios. 2012**. Disponível em: < <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Noticias/2012/Apresentao2.pdf>>. Acesso em 16 abr. 2024.
- CORRÊA, Daniel. **A pichação como prática política: uma análise da produção espacial e simbólica dos jovens nas periferias de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) -

Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2015.

CRESWELL, J.W.; CLARK, V.L.P. 2011. **Designing and Conducting Mixed Methods Research**. Thousand Oaks: Sage, 2011.

DEUS, João Batista de Deus; SODRÉ, Reges. Insegurança e estigmatização socioespacial na cidade de Araguaína-TO: um estudo sobre o papel da mídia. **Revista de Geografia – UFPE**, 2020. Disponível em: < file:///C:/Users/SSP-TO/Downloads/kennedy,+243542-170912-1-CE.pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.

DIAS, Weberson. Rebelião termina com morte de detento e agentes feridos. **Jornal do Tocantins**. Palmas, 06 dez. 2009. Disponível em: <https://www.to.gov.br/pm/noticias/clipping-diario/5qw5tufk7w3n> . Acesso em: 15 jun. 2023.

FERREIRA, Mauro Jorge Coelho. **A relação mediata do tráfico de drogas com a prática do homicídio em Caruaru-PE**. Caruaru, 2016. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/avHV6>> Acesso em: 04 mai. 2024.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Metodologia do estudo sobre qualidade dos dados de homicídios 2021. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**.

FOXCROFT, David R .; TSERTSVADZE, Alexander. **Universal school-based prevention programs for alcohol misuse in young people**. Cochrane Database of Systematic Reviews, n. 5, p. 450-575, 2011. DOI: 10.1002/14651858.CD009113.

GONZAGA, Christiano. **Manual de Criminologia**. São Paulo: Saraiva Educação. 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-119.

HERZFELD, Eleonora. **Cultural intimacy and the formation of the self: studies in the interplay of culture and socialization**. New York: Oxford University Press, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE; 2022. Disponível em: < <https://abrir.link/UiQZv>> Acesso em 25 mar. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Gráfico de homicídios no Estado do Tocantins entre 2009 e 2019**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dadosseries/17>. Acesso em: 10 abr. 2022.

KOPITTKE, Alberto. **Manual de segurança pública baseada em evidências: o que funciona e o que não funciona na prevenção da violência**. Passo Fundo: Conhecer, 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Assis César M. Ribeiro. São Paulo: EdUSP, 1991.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 37–59, 2013. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/Wtrng>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MAFFESOLI, Michel. *La Contemplation Du Monde*. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle, 1993. In: SPINELLI, Luciano. Pichação e comunicação: um código sem regra. **Revista Logos 26**: comunicação e conflitos urbanos. Ano 14, 1º semestre 2007.

MANSO, Bruno; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil** (São Paulo: Todavia, 2018), págs. 318. Disponível em <<https://encurtador.com.br/WEZCY>> Acesso em 22 jul. 2025

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MIGNONE, Américo Soares. Através da História, consagrada como Direito: A interdisciplinaridade no estudo na saúde como garantia constitucional no Brasil. **Revista Ágora - UFES**, n. 27, Vitória/ES. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/19703/14100>>. Acesso em: 07 out. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**: Educação em Direitos Humanos – Diretrizes Nacionais. Disponível em: < <https://n9.cl/vf5bw> >. Acesso em: 10 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório de grupo de trabalho: **Produção Técnica**. Brasília, 2019. Disponível em: < <https://n9.cl/pevan> >. Acesso em: 15 jun. 2023.

MOLINA, Antonio García-Pablos; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia – Introdução a seus fundamentos teóricos**, 3. ed. São Paulo: RT, 2002.

MOREIRA, Luciana Reis; FIGUEIREDO, Tatiana Fulton de; UZIEL, Anna Paula; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A Construção da Psicopatia no Contexto da Cultura do Medo. **Revista de Psicologia da IMED**. Vol. 2, N.º 1, 2010.

NASCIMENTO, Águeda Bueno. **O discurso construído por uma delegada de polícia no inquérito policial: análise de um caso concreto**. UFMG, 2015. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/ysuv2>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Lisboa: Hugin Editores, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

OLIVEIRA, Antônio Santos. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, n. 38, p. 239-265, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://abrir.link/xAfJh> Acesso em 30 mar. 2024.

PAIVA, Luiz Fábio S. Aqui não tem gangue, tem facção: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p.165–184, 1 jan. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.26375>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PEREIRA, Elson Manoel. **Há relação entre a violência no Brasil e o direito à cidade?** – in: Vidas urbanas e a vida nas cidades (recurso eletrônico): regramentos urbanos, ambientais, seletividade e violências. Org. Claudio Oliveira de Carvalho, Karine Grassi e Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho. Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.

POMBO, Olga. A epistemologia da Interdisciplinaridade. **Revista de Educação do Centro de Letras**. Unioeste, campus Foz do Iguaçu. v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUINTÃO, Chiara. Rebelados mantêm 6 reféns em Araguaína, no Tocantins. **Estadão**. São Paulo, 05 dez. 2009. Disponível em: < <https://n9.cl/6gvch> > . Acesso em: 15 jun. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, W.; MORAIS, P.K.D.; SANTOS, M.M.S.D.; Relato de experiência: a importância da leitura como ato: Casa de Prisão Provisória de Araguaína. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, Ano 25, n. 75, set./dez., 2019.

ROLIM, Marcos. Desistência do crime. **Revista Sociedade e Estado**. v. 33. N. 3. set./dez. UNB: Brasília, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/1684/338>> Acesso em: 23 jul. de 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA. **Relatório Estatístico do Sistema Socioeducativo do Tocantins – 2020**. Palmas, 2021. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/244462> . Acesso em: 15 jun. 2023.

SHERMAN, Lawrence W. **Policciamento Baseado em Evidências**. Police Foundation. Disponível em: <https://encurtador.com.br/JTcI4>. Acesso em: 30 set. de 2024.

SHIMIZU, Bruno. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas**. Dissertação. USP: São Paulo. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-31072012-092234/publico/Dissertacao_Bruno_Shimizu.pdf> Acesso em: 24 jul. 2024.

SOJA, Edward. **O espaço pós-moderno**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, David da Costa Aguiar de. **Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento**. UFRJ, 2007. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/AsPcc>. Acesso em: 09 mai. 2024.

SOUZA, Marcos Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SPINELLI, Luciano. **Pichação e comunicação: um código sem regra**. Revista Logos 26: comunicação e conflitos urbanos. Ano 14, 1º semestre 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/UibRC> Acesso em 24 jul. 2024.

TANGERINO, David de Paiva da Costa. Alternativa ao sistema punitivo: possibilidade de prevenção da criminalidade urbana violenta por meio do controle social informal. In: **Revista de Estudos Criminais do ITEC/PUC-RS**, nº 27, Porto Alegre, outubro – dezembro de 2007.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002. Disponível em: < [//efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf](https://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>, Acesso em: 05 jun. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS. Cecom. **Eproc chega a 12 anos garantindo agilidade e eficácia aos trâmites processuais no Tocantins**. 06 jun. 2023. Disponível em: < <https://abrir.link/gAKHP>> Acesso em 31 mar. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TORRES, Marco Aurélio; LOPES, Mariana Ferreira; FIORINI, Bernardo Henrique Maciel; PEREIRA, Alexander Daniel. **O uso de drogas como fator determinante para os crimes de furto e roubo**. Revista Libertas Direito, v. 4, n. 1, jan./jul. 2023 2023

TUAN, Yi-FU. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Yi-FU. **Topofilia – Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Revista Brasileira de Sociologia, SBS, 2019. v. 07, n. 17, set./dez., 2019. Disponível em <<https://www.redalyc.org/journal/5957/595765943004/595765943004.pdf>> Acesso em 22 jul. 2024.

ZALUAR, Alba. **Nexo entre droga, violência e crime organizado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. Disponível em <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-411488>> Acesso em 22 jul. 2024

ZHOU, Chunyan; ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-industria-governo**. Mai-Ago de 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4gMzWdcjVXCMp5XyNbGYDMQ/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 06 jun de 2024.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO COMUM URBANO EM ARAGUAÍNA POR ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS DE SEMILIBERDADE

Pesquisador: BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 83018124.1.0000.5519

Instituição Proponente: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE - ESMAT

Patrocinador Principal: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE - ESMAT

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.357.207

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa destinado a verificar a percepção que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade em Araguaína/TO têm do processo de territorialização do espaço comum urbano, e se esse processo está sofrendo interferências da atuação de grupos criminosos (facções criminosas), sendo possível identificar possíveis violações aos direitos de proteção destes adolescentes. A delimitação de espaço da presente investigação consiste nos adolescentes da unidade de semiliberdade no município de Araguaína/TO, e, a delimitação temporal do presente trabalho tem como foco os adolescentes que no período da pesquisa estiverem em cumprimento de medidas na referida unidade. O problema de pesquisa deste estudo gira em torno do seguinte questionamento: Os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade são afetados pela ação de organizações criminosas (facções

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



Continuação do Parecer: 7.357.207

criminosas) a ponto de serem impedidos de ir e virem em alguns bairros da cidade, limitando o cumprimento das decisões judiciais? Desta forma, dada a natureza interdisciplinar da temática, valendo-se dos contributos da Psicologia e seus estudos do comportamento, da Geografia e seus estudos sobre a territorialidade, do Direito e seus estudos sobre a efetividade de direitos, será possível analisar e propor melhores alternativas para o cumprimento das medidas socioeducativas por parte dos adolescentes, dando maior efetividade às decisões judiciais que os afetam, bem como possibilitar maior instrumentalidade das medidas legais por parte dos profissionais que trabalham nesta área.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Objetivo geral: propor alternativas de condução das medidas socioeducativas de semiliberdade através da identificação da percepção que os adolescentes em conflito com a lei têm do processo de territorialização do espaço comum urbano, visando formas de mitigar as possíveis interferências da atuação de facções criminosas por meio da identificação das consequências suportadas pelos referidos cidadãos-adolescentes, no intuito de conduzir a execução das medidas de forma mais efetiva, garantindo maior efetividade e proteção aos direitos destes adolescentes.

Objetivos específicos:

- a) Identificar o contexto histórico e geográfico da inserção de facções criminosas em Araguaína/TO;
- b) Entrevistar adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de semiliberdade em Araguaína/TO sobre o acesso, medo, liberdade de locomoção no espaço comum urbano em virtude da atuação de facções criminosas no processo de territorialização da cidade;
- c) Propor alternativas para mitigação das interferências levantadas através da verificação da percepção dos adolescentes das consequências da violência urbana e o acesso ao espaço público comum;

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (83)3229-4023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



Continuação do Parecer: 7.357.207

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

BENEFÍCIOS:

Esta pesquisa prevê os seguintes benefícios aos participantes:

Estudar a percepção dos adolescentes que já se encontram em situação de vulnerabilidade, e estudar sobre o processo de territorialização, poderá constituir material científico que poderá também servir de base para a identificação de políticas públicas municipais e estaduais para ampliação do gozo de liberdades públicas por parte destes e dos demais adolescentes.

RISCOS, PROVIDÊNCIAS E CAUTELAS:

Considerando a gradação de riscos apresentada pela Resolução CNS nº 510 de 2016, bem como os procedimentos propostos para este estudo, considera-se que o potencial de risco aos participantes nesta pesquisa é baixo. A seguir são apresentados os riscos possíveis, bem como as precauções e providências que serão adotadas para evitá-los:

> Segurança pessoal √ Para minimizar esses riscos os dados adquiridos nas entrevistas serão tratados quando se sua análise de forma objetiva, sem identificação do entrevistado e as identificações serão mantidas em sigilo.

> Procedimentos correccionais √ Para minimizar esses riscos, os dados adquiridos nas entrevistas serão tratados quando de sua análise de forma objetiva, sem identificação do entrevistado e as identificações serão mantidas em sigilo.

> Riscos não mensuráveis √ nos termos da Resolução CNS nº 510 de 2016, art. 2, inciso XXV, ante a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente √ Para minimizar esses riscos, além da anonimização dos dados, as entrevistas serão realizadas com supervisão da equipe multidisciplinar da unidade da realização;

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins em Cooperação com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Projeto de pesquisa apresenta todos os itens obrigatórios da Norma Operacional 001/2013

Recomendações:

No documento resposta apresentado pelo pesquisador consta que "Solicitamos novas

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



Continuação do Parecer: 7.357.207

assinaturas na folha de rosto por parte do responsável maior da ESMAT/TO." No entanto, o novo documento apresentado consta a mesma inconsistência indicada no parecer anterior. A saber:

"- Divergência entre a instituição proponente e o responsável legal pela instituição. A assinatura deve ser do representante legal da ESMAT e não do reitor da UFT.

- Campo Patrocinador principal sem assinatura."

Como não trata-se de uma pendência ética, recomenda-se a inclusão de Folha de rosto com a assinatura do representante legal da Esmat ou indicação de proponente como sendo a UFT, como parte da cooperação entre estas instituições.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as demais pendências do parecer anterior foram atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2282800.pdf	20/12/2024 09:48:13		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto__283_29_assinado_assinado.pdf	20/12/2024 09:47:56	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO__assinado.pdf	30/11/2024 15:43:57	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito
Outros	ROTEIRO.pdf	08/11/2024 11:03:12	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Esmat.pdf	08/11/2024 11:02:22	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Esmat.pdf	08/11/2024 11:02:14	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_ESMAT.pdf	08/11/2024 11:02:00	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_assinado.pdf	08/11/2024 10:52:37	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito
Outros	DOCUMENTO_RESPOSTA_INDICANDO_AS_ALTERACOES_SOLICITADAS_NO_PARECER.pdf	08/11/2024 10:50:24	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



Continuação do Parecer: 7.357.207

Outros	CARTA_assinado.pdf	31/08/2024 18:44:26	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_SL_assinada.pdf	24/07/2024 12:42:28	BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 04 de Fevereiro de 2025

Assinado por:
MARCELO GONZALEZ BRASIL FAGUNDES
(Coordenador(a))

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

APÊNDICE A – OFÍCIO INFORMATIVO DA PESQUISA AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª DIVISÃO ESPECIALIZADA DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA



Ofício n.º 219/2025/2ª DHPP
SGD: 2025/31009/053616

Araguaína - TO, 22 de maio de 2025.

Ao Senhor Diretor
DAVI ALMEIDA BORBA
Unidade de Socioeducativa de Semiliberdade de Araguaína
Araguaína/TO.

Assunto: Informação

Senhor Diretor,

1. Considerando a existência de pesquisa científica em desenvolvimento junto à Unidade Socioeducativa de Semiliberdade de Araguaína, desenvolvida por este subscritor junto ao Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT);
2. Considerando que a pesquisa em andamento versa sobre o A percepção do Processo de Territorialização do Espaço Comum Urbano em Araguaína por Adolescentes em Cumprimento de Medidas de Semiliberdade;
3. Considerando o constante desenvolvimento de tarefas de investigação criminal na cidade de Araguaína, sobretudo de movimentações das facções criminosas que, lamentavelmente, atuam em nosso município;
4. Considerando, ainda, o trabalho diuturno de levantamento de informações de inteligência policial levado a cabo pela Polícia Civil do Estado do Tocantins;

Rua Caracas, nº 185, Setor Anhanguera, Araguaína/TO - CEP 77.818-610 - Telefone: (63) 3411-7366
E-mail: 2dhpp.araguaína@pc.to.gov.br - Site: <http://www.ssp.to.gov.br>

1



Documento foi assinado digitalmente por BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES em 22/05/2025 14:57:51.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: FA48BAF702016510 | SGD:2025/31009/053616



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª DIVISÃO ESPECIALIZADA DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA



5. Considerando a possibilidade de alteração física da sede da Unidade de Semi Liberdade em Araguaína;

6. **Partilhamos** que estamos abertos a consultas sobre identificação de territórios/bairros na cidade de Araguaína que estejam com maiores/menores indicações de neutralidade, visando prover, com níveis mais seguros de atuação, tanto dos profissionais que trabalham na unidade, como dos adolescentes que vão cumprir as medidas na USL/Araguaína.

5. Ainda, anuímos, quanto a escolhas de imóveis que sejam mais próximos ao centro, no sentido de entendermos, atualmente, que **os setores mais centrais da cidade são zonas com níveis mais neutros de demarcação territorial pelas facções criminosas em Araguaína.**

Atenciosamente,

Assinado digitalmente
BRENO EDUARDO CAMPOS ALVES
Delegado de Polícia Civil



APÊNDICE B – Livro de Códigos (LdC)

LIVRO DE CÓDIGOS PARA A PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO COMUM URBANO POR ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS DE SEMILIBERDADE
Versão: 1.0 (Inicial) Unidade de Análise: Narrativa completa de cada adolescente entrevistado (A1, A2, A3, A4).
Unidade de Contexto: Toda a entrevista e o material original transcrito.

I. CATEGORIAS DE ELEMENTOS COMUNS

Esta seção abrange os padrões e temas recorrentes observados nas narrativas dos adolescentes, demonstrando o impacto generalizado das facções na percepção do espaço urbano e suas vidas.

1. Categoria: Área de Residência e Vulnerabilidade Social (RESIDENCIA)
Descrição: Identifica o setor ou bairro de residência atual ou anterior do adolescente, notando a implicação de ser uma área socialmente vulnerável ou influenciada por grupos criminosos.
Regras de Aplicação: Codificar o setor de residência principal ou mais relevante mencionado. Se houver menção de programas habitacionais ou territorialização de facções, notar a vulnerabilidade.
Regras de Não Aplicação: Não codificar locais de passagem ou referência que não sejam de moradia.
Códigos:
1.1. Costa Esmeralda: Bairro mencionado por A1, associado a programa habitacional do governo.
<i>Exemplo A1:</i> "eu fui para o Costa Esmeraldas com 6 [anos]". "Praça lá no setor [Costa Esmeralda]".
1.2. Parque Bom Viver: Bairro mencionado por A2, próximo ao Setor Barros.
<i>Exemplo A2:</i> "[meu bairro] Parque Bom Viver".
1.3. Araguaína Sul: Bairro mencionado por A3.
<i>Exemplo A3:</i> "Você atualmente reside em qual bairro? Araguaína Sul".

1.4. Setor Universitário: Bairro mencionado por A4, descrito como "setor bom" mas na "divisa" de facções.
<i>Exemplo A4:</i> "Você mora em qual setor? Universitário". "Onde você mora, você tá tipo na divisa."
1.5. Nova Olinda (Anterior): Localidade onde A4 residiu anteriormente.
<i>Exemplo A4:</i> "Eu morei um tempo em Nova Olinda".
1.99. Outro/Não Informado: Para casos que não se encaixam ou não fornecem informação.

2. Categoria: Envolvimento Criminal e Consumo de Drogas (CRIMES_DROGAS)
Descrição: Aborda o histórico de envolvimento com atividades ilícitas e o uso de substâncias psicoativas, incluindo a motivação para o crime.
Regras de Aplicação: Codificar tipos de crimes, frequência, e relação com o uso de drogas.
Regras de Não Aplicação: Não codificar suspeitas ou crimes não confirmados pelo próprio adolescente.
Códigos:
2.1. Roubo para Sustentar Vício: Prática de roubos motivada pela necessidade de adquirir drogas.
<i>Exemplo A1:</i> "eu roubava também... Eu roubava celular, vendia. Ou trocava em droga, 10 gramas de cocaína, picava, dolava e vendia."
<i>Exemplo A2:</i> "a cocaína é uma droga mais cara que a maconha. Como você fazia para conseguir dinheiro para comprar a sua droga? Roubava".
2.2. Roubo para Gastos Pessoais/Outros: Prática de roubos não diretamente ligada ao vício em drogas, mas para obter dinheiro para bens ou lazer.
<i>Exemplo A3:</i> "Esse dinheiro servia pra quê? Só pra gastar mesmo. Gostar, comprava coisas. Roupa?".
<i>Exemplo A4:</i> "Eu queria pegar o dinheiro pra comprar roupas, chinelas e coisas do tipo."
2.3. Tentativa de Homicídio: Menção de envolvimento em tentativa de homicídio.
<i>Exemplo A1:</i> "Por tentativa. Que eu tentei matar a minha ex-namorada."
2.4. Tráfico de Drogas: Menção de venda de drogas.
<i>Exemplo A1:</i> "picava, dolava e vendia."

<i>Exemplo A2:</i> "E essa droga que você pegava, você também vendia? Rapaz, tinha muitas vezes que eu vendia."
2.5. Uso de Maconha: Consumo de maconha.
<i>Exemplo A1:</i> "Desde o meu 10 anos, eu fumo maconha".
<i>Exemplo A3:</i> "Você usava drogas? Só maconha".
2.6. Uso de Cocaína: Consumo de cocaína.
<i>Exemplo A1:</i> "o vício em maconha e cocaína".
<i>Exemplo A2:</i> "eu estava muito viciado em cocaína".
2.7. Não Uso de Drogas: Ausência de menção de consumo de drogas.
<i>Exemplo A4:</i> (Não menciona uso de drogas como motivação para o crime).
2.99. Outro/Não Informado: Para casos que não se encaixam ou não fornecem informação.

3. Categoria: Percepção de Medo e Restrição de Locomoção (MEDO_RESTRICA0)
Descrição: Detalha como as facções criminosas influenciam a percepção do espaço urbano pelos adolescentes, gerando medo e limitando a circulação.
Regras de Aplicação: Codificar expressões de medo, áreas evitadas e motivos da restrição.
Regras de Não Aplicação: Não codificar preferências pessoais que não sejam por medo de facções.
Códigos:
3.1. Medo de Conflitos/Ataques: Medo explícito de ser vítima de violência devido à presença de facções.
<i>Exemplo A1:</i> "Eu tenho medo de os caras me matarem."
<i>Exemplo A4:</i> "eu não vou [para o setor do CV], porque eu tenho medo, como eu acho como eu ando com os caras do PCC, eu tenho medo de, sei lá, que me quebrar".
3.2. Restrição de Bairro por Facção Rival (CV): Evitar bairros dominados pelo Comando Vermelho por medo.
<i>Exemplo A2:</i> "Tenho medo só de entrar em outras quebradas, que são de outras facções. É em tese da outra facção, Comando Vermelho."
<i>Exemplo A4:</i> "Araguaína Sul, Céu Azul, tem mais ainda, esqueci o nome. (...) Presidente Lula Maracanã, que é misturada com Maracanã ali. Maracanã tem os dois, né? Mas é um lugar que tem uma guerra, né? Aí esses lugares você deixa de ir com receio de sofrer um ataque".

<p>3.3. Restrição de Bairro por Facção Rival (PCC): Evitar bairros dominados pelo Primeiro Comando da Capital por medo.</p>
<p><i>Exemplo A3:</i> "Você sabe dizer o nome de algum bairro, por exemplo, que você não vai? Porque você sabe que... Costa Esmeralda, Barros... São bairros que você não frequenta. Você tem medo de ir lá e ser vítima? Não. Eu tenho certeza que se eu for lá, alguma guerra vai ter." "Lago... Esses três é que você não vai de jeito nenhum. Ana Maria também."</p>
<p>3.4. Presenciou Crime Relacionado à Facção: Testemunhou atos de violência ou crime em áreas de facção.</p>
<p><i>Exemplo A1:</i> "Já, moço. O cara foi matar o outro lá na praça lá, moço. Pisou na cabeça do cara."</p>
<p>3.5. Vive em Área de Divisa de Facções: A área de residência está localizada na fronteira de territórios de facções rivais.</p>
<p><i>Exemplo A4:</i> "Onde você mora, você tá tipo na divisa. É, tipo na divisa. Porque pra cima é o pessoal do PCC e pra baixo é o pessoal do CV."</p>
<p>3.6. Não Se Restringe/Sente Tranquilo: Embora ciente das facções, não há restrição de locomoção.</p>
<p><i>Exemplo A4:</i> "Mas lá no seu bairro você não deixa de sair por causa disso não, porque lá você se sente tranquilo."</p>
<p>3.99. Outro/Não Informado: Para casos que não se encaixam ou não fornecem informação.</p>

<p>4. Categoria: Planos Futuros e Processo de Ressocialização (FUTURO_RESSOC)</p>
<p>Descrição: Registra o desejo de reestruturação de vida e afastamento do contexto criminal após a apreensão, incluindo a busca por emprego, estudos ou um ambiente familiar mais estável.</p>
<p>Regras de Aplicação: Codificar as intenções e ações relacionadas à mudança de vida.</p>
<p>Regras de Não Aplicação: Não codificar planos vagos ou não relacionados a uma mudança positiva pós-apreensão.</p>
<p>Códigos:</p>
<p>4.1. Buscar Emprego: Expressa o desejo de conseguir um trabalho.</p>

<i>Exemplo A1:</i> "As mulheres tão me arrumando aqui no serviço. Jovem aprendiz, entendeu? (...) Aí, qualquer dia desses eu já tô trabalhando".
<i>Exemplo A2:</i> "Bah, eu penso em arrumar o serviço aí".
4.2. Focar em Estudos/Curso Profissionalizante: Expressa o desejo de continuar os estudos ou fazer um curso.
<i>Exemplo A3:</i> "terminar meu curso e seguir minha vida de boa. Qual curso? Barra Meia".
4.3. Focar na Família: Prioriza a família e o tempo com ela.
<i>Exemplo A1:</i> "Prefiro ficar em casa com a minha mãe, minha irmã e minha filha.". "Eu prefiro ficar em casa com a minha filha, com a minha mãe, entendeu? Meu padrasto, com minha irmã.".
4.4. Afastamento do Crime/Más Influências: Romper com o passado criminal e amizades negativas.
<i>Exemplo A1:</i> "não quero mais essas amizades". "Hoje em dia eu já não faço mais essas coisas, porque não compensam.".
4.5. Desejo de Vida Tranquila/Melhor: Aspiração por uma vida mais calma e sem conflitos.
<i>Exemplo A3:</i> "seguir minha vida de boa".
<i>Exemplo A4:</i> "a percepção de que o local da semi-liberdade é "tranquilo"".
4.99. Outro/Não Informado: Para casos que não se encaixam ou não fornecem informação.

II. CATEGORIAS DE ELEMENTOS DISTINTOS

Esta seção aborda as particularidades de cada entrevista que enriquecem a compreensão individual e contextual do fenômeno, permitindo uma análise mais aprofundada das nuances.

5. Categoria: Nível e Natureza do Envolvimento com Facções (ENV_FACAO)

Descrição: Classifica o grau de afiliação, associação ou interação do adolescente com as facções, e a presença de símbolos associados.

Regras de Aplicação: Codificar declarações diretas de afiliação, comportamentos associados e símbolos/apelidos.

<p>Regras de Não Aplicação: Não codificar menções genéricas de facções sem envolvimento pessoal.</p>
<p>Códigos:</p>
<p>5.1. Afiliado (Comando Vermelho - CV): Declara-se parte do CV ou age ativamente em seu nome no bairro.</p>
<p><i>Exemplo A3:</i> "Qual é a facção que domina o seu bairro? Comando Vermelho. (...) você corre junto com alguma facção? Ah, não vou mentir não, eu corro".</p>
<p>5.2. Não Afiliado, mas "Corre Junto" (PCC): Não é "faccionado" oficialmente, mas associa-se ao PCC por necessidade territorial ou convivência.</p>
<p><i>Exemplo A2:</i> "Não, eu não sou nem faccionado não. Mas, quando eu estou lá, eu tenho que correr junto com os PCC".</p>
<p>5.3. Associado por Convivência (PCC): Anda com pessoas do PCC e, por isso, evita áreas rivais, sem afiliação formal.</p>
<p><i>Exemplo A4:</i> "como eu acho como eu ando com os caras do PCC, eu tenho medo de, sei lá, que me quebrar". "você só tem amigos, né? Que frequentam, que participam da facção PCC".</p>
<p>5.4. Não Afiliado (com reconhecimento de presença): Não se declara faccionado, mas reconhece a forte presença de facções no bairro.</p>
<p><i>Exemplo A1:</i> "Não se declara "faccionado", mas reconhece a forte presença do PCC em seu bairro após uma "guerra".</p>
<p>5.5. Tatuagem Relacionada a Facção (Yin-Yang - PCC): Possui tatuagem com significado associado a facção.</p>
<p><i>Exemplo A1:</i> "Eu tenho essa aqui, o Yang... Esse Yang aqui eu fiz por causa que meu primo também fez, só que não foi por causa de facção. (...) Pra mim, o significado é bem mau, entendeu? Só, só, pra mim é só isso".</p>
<p>5.6. Uso de Gírias/Sinais de Facção: Utiliza linguagem ou gestos próprios de uma facção.</p>
<p><i>Exemplo A2:</i> "Aí eu fui vendo ele fazendo aquelas ligações. Aí eu fui prestando atenção. (...) Aí fazia sinal e os moleque lá fazendo sinal (...) As mesmas gírias".</p>
<p>5.7. Possui Apelido de Facção: É conhecido por um apelido específico dentro do contexto da facção.</p>
<p><i>Exemplo A2:</i> "O meu apelido lá na rua lá é Magnata".</p>
<p>5.8. Não Possui Apelido/Tatuagem de Facção: Ausência de tais identificadores.</p>

<i>Exemplo A3:</i> "Você tem algum tipo de apelido? Acho que não.". "Você tem alguma tatuagem? Não."
<i>Exemplo A4:</i> "Você tem algum apelido? Não.". "Ele possui tatuagens, mas nenhuma é explicitamente vinculada a facção".
5.9. Não Faz Pichações: Não se envolve na prática de pichações de facções.
<i>Exemplo A1:</i> "Você chegou a fazer alguma pichação? Não."
5.99. Outro/Não Informado: Para casos que não se encaixam ou não fornecem informação.

6. Categoria: Origem da Apreensão e Reincidência (APREENSAO_REINCIDENCIA)
Descrição: Detalha as circunstâncias específicas que levaram à apreensão inicial e o histórico de reincidência, incluindo o tempo de cumprimento de medida em outras unidades.
Regras de Aplicação: Codificar o motivo principal da apreensão, o número de reincidências (se aplicável) e passagens por outras instituições.
Regras de Não Aplicação: Não codificar informações irrelevantes para a origem da apreensão.
Códigos:
6.1. Tentativa de Homicídio (ex-namorada): Apreendido por tentativa de homicídio contra a namorada grávida.
<i>Exemplo A1:</i> "Eu peguei desacato, ameaça e porte [depois de] ter tentado matar a minha ex-namorada.". "Ela tava grávida."
6.2. Roubo (sem mais detalhes): Apreendido por roubo sem detalhes específicos de motivação ou número.
<i>Exemplo A2:</i> "fui apreendido [sic] (...) um, cinco, sete mesmo".
6.3. Roubo ("escolhas" - 7 assaltos): Apreendido por roubo, motivado por "escolhas" e com histórico de 7 assaltos.
<i>Exemplo A3:</i> "Você tá aqui por causa de quê? Por causa das atitudes minhas. (...) 157 (...) uns sete, por aí."
6.4. Roubo (2 assaltos): Apreendido por roubo, com detalhe de ter cometido 2 assaltos.
<i>Exemplo A4:</i> "Fui apreendido por 157 (...) Foi dois [roubos]."
6.5. Passagem por Palmas (1 ano): Cumpriu um ano em unidade prisional em Palmas.
<i>Exemplo A1:</i> "Eu fiquei lá em Palmas quanto tempo? Um ano."

6.6. Passagem por Palmas (4 meses): Cumpriu cerca de quatro meses em Palmas.
<i>Exemplo A2:</i> "Três meses lá. Três meses internado." (refere-se ao hospital, mas a fonte aponta 4 meses em Palmas).
6.7. Transferido de Palmas para Araguaína (Semiliberdade): Foi transferido de Palmas para a unidade de semiliberdade em Araguaína.
<i>Exemplo A4:</i> "morei um tempo em Nova Olinda (...) aí fiquei um tempo em Palmas, e aí voltei para cá."
6.99. Outro/Não Informado: Para casos que não se encaixam ou não fornecem informação.

7. Categoria: Percepção e Uso de Espaços de Lazer (LAZER)
Descrição: Registra as atividades de lazer dos adolescentes antes e depois da apreensão, e suas interações com os espaços urbanos de lazer.
Regras de Aplicação: Codificar locais específicos de lazer, tipos de atividades e mudanças de comportamento.
Regras de Não Aplicação: Não codificar locais não relacionados a lazer.
Códigos:
7.1. Praça (Costa Esmeralda): Frequentava para "fumar maconha", depois evitou.
<i>Exemplo A1:</i> "A gente ficava na praça fumando maconha. (...) lá no Costa Esmeralda Hoje em dia eu não saio de casa, não. (...) Prefiro ficar em casa".
7.2. Cachoeirinha (Banho): Frequentava para banho, depois evitou por "má influência".
<i>Exemplo A1:</i> "eu gostava de ir muito era pra um banho. Lá num tal de Cachoeirinha. Só que hoje em dia eu já não vou.". "lá vai muita pessoa má influência. Vai também. É, aí eu tenho medo de os caras me matarem."
7.3. Via Lago: Frequentava para lazer, bicicleta, festas.
<i>Exemplo A3:</i> "jogando bola, andando de bicicleta, de moto. Andando de bicicleta, você andava de bicicleta lá no bairro? É. Via Lago".
<i>Exemplo A1:</i> "eu já fui lá mesmo só pra... Tipo, quando teve festa, essas coisas."
<i>Exemplo A4:</i> "A Via Lago? Já. Mas você tem o costume de ir para lá? Tem mesmo, tem mesmo, tem esse costume também."
7.4. Parque Simba: Frequentava para andar de bicicleta/moto.
<i>Exemplo A3:</i> "Via Lago, Parque Simba."

7.5. Escola de Futebol (Parque Bom Viver): Participou de escolinha de futebol da prefeitura por cerca de 2 anos.
<i>Exemplo A2:</i> "fui para uma escola de futebol, fiquei muito tempo jogando futebol. (...) Naquele campo lá mesmo do Parque Bom Viver Tinha uma escolinha lá. (...) Fiquei uns dois anos, por aí".
7.6. Campinho/Quadra de Futebol (Araguaína Sul): Jogava bola com amigos, local de contato com drogas.
<i>Exemplo A3:</i> "jogando bola (...) Lá no Crais, na pista de skate (...) No Araguaína Sul mesmo."
<i>Exemplo A4:</i> "Só jogava bola mesmo, final de tarde". "Era um loteamento lá. O cara foi e jogou areia."
7.7. Festas/Bares: Saía para festas ou bares, por vezes para usar/vender drogas.
<i>Exemplo A2:</i> "Eu pegava cocaína. Pegava cocaína e ia para as festas. Essas festas eram onde? Tinha lá no setor, aqui no Centro Todo lugar eu ia. Quebra-vara."
<i>Exemplo A4:</i> "Nós tem umas vezes que eu saio com uns amigos, beber, né? Pra festa".
7.8. "Pegar Beira de Caminhão": Atividade de pegar carona em caminhões, por vezes para cometer crimes.
<i>Exemplo A1:</i> "Nós saíamos no beira pra roubar, né". "Ia no JK mesmo. Porque eu quase não sei pegar a beira, foi um amigo meu que me ensinou."
7.9. Shopping: Menção de ter frequentado ou não o shopping novo da cidade.
<i>Exemplo A1:</i> "a cidade nossa atualmente conta com um shopping. Aham, mas eu nunca fui lá não."
<i>Exemplo A3:</i> "A cidade está com um shopping novo, você já foi lá? Já".
<i>Exemplo A4:</i> "você já foi ao shopping? Nunca."
7.10. Ficar em Casa: Priorizar ficar em casa como forma de lazer atual.
<i>Exemplo A4:</i> "eu fico mais em casa".
7.99. Outro/Não Informado: Para casos que não se encaixam ou não fornecem informação.

8. Categoria: Estrutura Familiar e Relações Pessoais (FAMILIA_RELACAO)

Descrição: Descreve os arranjos familiares e os planos relacionais futuros dos adolescentes, incluindo a presença de filhos ou namorados/as.

Regras de Aplicação: Codificar com quem o adolescente reside, o status de relacionamento e a presença de filhos.
Regras de Não Aplicação: Não codificar relações sem impacto direto na estrutura familiar ou planos pessoais.
Códigos:
8.1. Mora com Irmã e Padrasto: Arranjo familiar de A1.
<i>Exemplo A1:</i> "Prefiro ficar em casa com a minha mãe, minha irmã e minha filha. (...) Meu padrasto, com minha irmã."
8.2. Mora com Avós: Arranjo familiar de A2 desde o nascimento.
<i>Exemplo A2:</i> "E lá você mora com quem? A minha avó e o meu avô. (...) Desde que você nasceu?"
8.3. Mora com Mãe, Padrasto e Irmãos Menores: Arranjo familiar de A3.
<i>Exemplo A3:</i> "Minha mãe, meu padrasto e meus irmãos. (...) E aí, mora você, esses seis irmãos? Meu padrasto. E seu padrasto e sua mãe."
8.4. Mora com Ambos os Pais e Irmã: Arranjo familiar de A4, com pais trabalhadores.
<i>Exemplo A4:</i> "lá no setor universitário, você mora com quem? Com minha mãe, meu pai, minha irmã e eu."
8.5. Possui Filha(s): Menção de ter filha(s).
<i>Exemplo A1:</i> "Eu tenho porque eu tenho uma filha com ela. (...) Sete meses."
8.6. Possui Namorada (com filhos - não próprios): Tem namorada que já possui filhos de outra relação.
<i>Exemplo A2:</i> "Eu tenho mulher agora (...) Essa é uma namorada? É. Você tem filho com ela? não. (...) Ela tem 20. (...) ela é maior de idade e ela tem filho."
8.7. Possui Namorada (sem filhos): Tem namorada sem menção de filhos.
<i>Exemplo A4:</i> "Você tá com uma namorada? Ela tem quantos anos? 16."
8.8. Mãe Desempregada: Situação de desemprego da mãe.
<i>Exemplo A3:</i> "Minha mãe tá desempregada."
8.9. Pais Trabalhadores (Detalhado): Ambos os pais trabalham, com descrição das profissões.
<i>Exemplo A4:</i> "Seus pais trabalham? Trabalham. Seu pai trabalha de quê? Caminhão, entrega. (...) Aí minha mãe vende perfumes, boticario, essas coisas."

8.99. Outro/Não Informado: Para casos que não se encaixam ou não fornecem informação.

APÊNDICE C - Formulário de Códigos (FdC)

FORMULÁRIO DE CODIFICAÇÃO (FdC) – PERCEPÇÃO ADOLESCENTE DO ESPAÇO URBANO

Unidade de Análise: Narrativa completa de cada adolescente entrevistado (A1, A2, A3, A4).

Coluna (Variável)	Descrição da Variável	Tipo de Dados e Códigos
ID_ENTREVISTADO	Identificador único do adolescente.	Texto (ex: A1, A2, A3, A4)
ANO_ENTREVISTA	Ano em que a entrevista foi realizada.	Numérico
IDADE_ENTREVISTADO	Idade do adolescente no momento da entrevista.	Numérico
SETOR_RESIDENCIA_ATUAL	Setor de Araguaína onde o adolescente reside (no momento da entrevista ou de referência).	Texto (ex: "Costa Esmeralda", "Parque Bom Viver", "Araguaína Sul", "Setor Universitário")

I. CATEGORIAS DE ELEMENTOS COMUNS *(Para estas categorias, dado que são "elementos comuns" a todas as narrativas conforme o Livro de Códigos, a presença de cada característica seria codificada como '1' para todos os adolescentes, a menos que uma exceção específica seja notada na entrevista. A codificação '0' indicaria ausência ou não aplicável.)*

Coluna (Variável)	Descrição da Variável	Tipo de Dados e Códigos
RESIDENCIA_VULNERAVEL_PRESENCA	Indica se o adolescente reside ou residiu em área periférica/vulnerável.	0 = Ausente / 1 = Presente
ENV_CRIME_DROGAS_PRESENCA	Indica envolvimento precoce com crime e/ou consumo de drogas.	0 = Ausente / 1 = Presente
MEDO_RESTRICA0_PRESENCA	Indica percepção de medo e restrição de locomoção devido a facções.	0 = Ausente / 1 = Presente
FUTURO_RESSOC_PRESENCA	Indica desejo de reestruturação de vida e afastamento do crime pós-apreensão.	0 = Ausente / 1 = Presente

II. CATEGORIAS DE ELEMENTOS DISTINTOS *(Para estas categorias, os códigos representam características específicas que podem variar entre os adolescentes. Cada código*

do Livro de Códigos se tornará uma variável binária (0 ou 1), onde '1' indica a presença da característica na narrativa do adolescente e '0' a sua ausência.)

5. Nível e Natureza do Envolvimento com Facções (ENV_FACAO)

Coluna (Variável)	Descrição da Variável (Baseada no Código LdC)	Tipo de Dados e Códigos
ENV_FACAO_AFILIADO_CV	Adolescente declara afiliação ao Comando Vermelho (CV).	0 = Não / 1 = Sim
ENV_FACAO_NAO_AFILIADO_CORRE_PCC	Adolescente não afiliado, mas "corre junto" com o PCC por necessidade territorial.	0 = Não / 1 = Sim
ENV_FACAO_ASSOCIADO_CONVIVENCIA_PCC	Adolescente associado ao PCC por convivência, evitando áreas rivais.	0 = Não / 1 = Sim
ENV_FACAO_NAO_AFILIADO_RECONHECE_PRESENCA	Adolescente não afiliado, mas reconhece forte presença de facções no bairro.	0 = Não / 1 = Sim
ENV_FACAO_TATUAGEM_YINYANG_PCC	Adolescente possui tatuagem com significado associado a facção (Yin-Yang PCC).	0 = Não / 1 = Sim
ENV_FACAO_USO_GIRIAS_SINAIS	Adolescente utiliza linguagem ou gestos próprios de uma facção.	0 = Não / 1 = Sim
ENV_FACAO_APELIDO_FACAO	Adolescente é conhecido por apelido específico dentro do contexto da facção.	0 = Não / 1 = Sim
ENV_FACAO_NAO_APELIDO_TATUAGEM	Adolescente não possui apelido ou tatuagem de facção.	0 = Não / 1 = Sim
ENV_FACAO_NAO_PICHACOES	Adolescente não se envolve na prática de pichações de facções.	0 = Não / 1 = Sim

6. Origem da Apreensão e Reincidência (APREENSAO_REINCIDENCIA)

Coluna (Variável)	Descrição da Variável (Baseada no Código LdC)	Tipo de Dados e Códigos

APREE_TENT_HOMICIDIO_EXNAMORADA	Apreensão ligada a tentativa de homicídio contra a namorada grávida.	0 = Não / 1 = Sim
APREE_ROUBO_SEM_DETALHES	Apreendido por roubo, sem detalhes específicos (motivação/número).	0 = Não / 1 = Sim
APREE_ROUBO_7_ASSALTOS	Apreendido por roubo, com histórico de 7 assaltos.	0 = Não / 1 = Sim
APREE_ROUBO_2_ASSALTOS	Apreendido por roubo, com detalhe de ter cometido 2 assaltos.	0 = Não / 1 = Sim
APREE_PASSAGEM_PALMAS_1ANO	Cumpriu um ano em unidade prisional em Palmas.	0 = Não / 1 = Sim
APREE_PASSAGEM_PALMAS_4MESES	Cumpriu cerca de quatro meses em Palmas.	0 = Não / 1 = Sim
APREE_TRANSF_PALMAS_ARAGUAINA_SEMILIBERDADE	Transferido de Palmas para a unidade de semiliberdade em Araguaína.	0 = Não / 1 = Sim

7. Percepção e Uso dos Espaços de Lazer no Passado e Presente (LAZER_USO_ESPACO)

Coluna (Variável)	Descrição da Variável (Baseada no Código LdC)	Tipo de Dados e Códigos
LAZER_PASSADO_MACONHA_BEIRA_CAMINHAO	Lazer passado: fumar maconha em praças e "pegar beira de caminhão".	0 = Não / 1 = Sim
LAZER_PASSADO_ESCOLA_FUTEBOL	Lazer passado: frequentou escola de futebol.	0 = Não / 1 = Sim

LAZER_PASSADO_JOGAR_BOLA_ETC	Lazer passado: jogar bola, andar de bicicleta/moto no bairro/Via Lago/Parque Simba.	0 = Não / 1 = Sim
LAZER_PASSADO_AMIGOS_FESTA_BEBER	Lazer passado: sair com amigos para festa/beber.	0 = Não / 1 = Sim
LAZER_PRESENTE_CASA_FAMILIA	Lazer presente: foca em ficar mais em casa/com a família.	0 = Não / 1 = Sim
LAZER_SHOPPING_NOVO	Lazer: foi ou não ao shopping novo da cidade.	0 = Não / 1 = Foi

8. Estrutura Familiar e Relações Pessoais (FAMILIA_RELACAO)

Coluna (Variável)	Descrição da Variável (Baseada no Código LdC)	Tipo de Dados e Códigos
FAM_MORA_IRMA_PADRASTO	Arranjo familiar: mora com irmã e padrasto.	0 = Não / 1 = Sim
FAM_MORA_AVOS	Arranjo familiar: mora com avós.	0 = Não / 1 = Sim
FAM_MORA_MAE_PADRASTO_IRMAOS_MENORES	Arranjo familiar: mora com mãe, padrasto e seis irmãos menores.	0 = Não / 1 = Sim
FAM_MORA_PAIS_IRMA	Arranjo familiar: mora com ambos os pais e irmã (pais trabalhadores).	0 = Não / 1 = Sim
FAM_POSSUI_FILHA	Possui filha(s).	0 = Não / 1 = Sim
FAM_NAMORADA_COM_FILHOS_NAO_PROPRIOS	Possui namorada com filhos (não próprios).	0 = Não / 1 = Sim
FAM_NAMORADA_SEM_FILHOS	Possui namorada sem filhos.	0 = Não / 1 = Sim
FAM_MAE_DESEMPREGADA	Situação da mãe: desempregada.	0 = Não / 1 = Sim
FAM_PAIS_TRABALHADORES_DETALHADO	Ambos os pais trabalham (com	0 = Não / 1 = Sim

	descrição das profissões).	
--	----------------------------	--

Este FdC seria a base para que os codificadores preenchessem, para cada um dos adolescentes (A1, A2, A3, A4), os códigos correspondentes às suas narrativas. Cada célula da planilha conteria o valor numérico (0 ou 1, ou outro conforme o tipo da variável) que representa a presença ou ausência da característica/código na entrevista do respectivo adolescente. Isso permitiria uma análise sistemática e, se houvesse múltiplos codificadores, a realização dos testes de confiabilidade.